

TERMO DE REFERÊNCIA

FEMA

**Diagnóstico e Cadastramento de Atividades Mineradoras
para fins de licenciamento ambiental**

**Área de Abrangência:
Região Noroeste do Estado de Mato Grosso**

JULHO/2004

I - Introdução

A região noroeste do Mato Grosso, **figura 01**, onde se insere o projeto objeto deste Termo de Referência, compreende principalmente áreas de ocupação e colonização relativamente recentes, que vêm atraindo um número maior de migrantes, em função principalmente da crescente instalação de madeireiras, empresas mineradoras e garimpos.

O município de Aripuanã, mais antigo da região, foi criado a partir do decreto Lei nº 545 de 3 de dezembro de 1943, sendo instalado oficialmente em 19 de abril de 1944. A sede do município, a cidade de Aripuanã, compreende parte do antigo centro experimental Humboldt, criado pela Universidade Federal de Mato Grosso e hoje em estado de abandono.

A ocupação efetiva da região noroeste só ocorreu a partir de meados da década de setenta, quando os Governos Federal e Estadual passaram a incentivar o processo de expansão da fronteira, com abertura de estradas (notoriamente a MT-206 Vilhena-Aripuanã) e núcleos de colonização através de assentamentos oficiais via INCRA, CODEMAT e privados, com destaque para as colonizadoras JURUENA Empreendimentos, INDECO, COBAN, Grupo Lunardelli, etc., oriundas da região sul. Estas colonizadoras foram atraídas por uma política de incentivos fiscais e programas especiais do Governo Federal (SUDAM, SUDECO, POLONOROESTE, PROTERRA, POLOAMAZÔNIA e outros).

A atividade garimpeira na região motivada pela existência de depósitos de ouro, diamante e cassiterita, conforme mapa de localização, no anexo 01, vêm contribuindo decisivamente para o processo de abertura de estradas vicinais e ocupação de novas áreas. Só a título de exemplificação cita-se a existência de alguns garimpos da região de Juína que, no auge da atividade (1989-1990), chegaram a ter uma população superior a 20.000 pessoas, caso do Garimpo do Arroz. Este número se torna mais expressivo quando se observa a evolução da população do município de Juína nos últimos anos (**Figura 03**).

Garimpagem no contexto da Amazônia legal, tem dinâmica e peculiaridade próprias, traduzidas por um código de valores e posturas não convencionais, típicas de uma população itinerante (nômade), que arrisca a própria vida no jogo do garimpo.

O papel do estado no equacionamento deste fenômeno de massa (garimpo) passa seguramente por ações articuladas e integradas, entre os vários níveis de governo que resultem em opções de vida e trabalho para estas populações dentro de bases mais dignas. Apesar do baixo grau de politização, nota-se pelo comportamento das populações garimpeiras o inconformismo com as regras impostas pelos governos, principalmente àqueles afetos a forma de domínio e posse das terras e a concessão dos recursos minerais.

Nos últimos cinco anos nota-se, com raras exceções, que a atividade garimpeira arrefeceu, inviabilizada economicamente pelos altos custos de produção e baixos preços dos produtos minerados. O quadro atual é de garimpeiros trabalhando em condições sub-humanas e empresários do garimpo buscando alternativas para baixar custos, diminuir riscos e viabilizar a exploração de jazimentos mais profundos. Cumpre destacar que este quadro é cíclico, alternando fases de intensa atividade, com períodos de declínio, motivado principalmente por oscilações nos preços das commodities em nível internacional, entretanto, normalmente com significativas perdas em todos os sentidos para a sociedade.

O avanço da garimpagem para novas frentes deixando enormes áreas degradadas, cidades fantasmas em aguda crise sócio-econômica e inúmeros depósitos sub aproveitados, ou mesmo delapidados em função de lavras gananciosas, serve para demonstrar que o modelo fiscalizador proposto, certamente não é eficaz.

Por outro lado, existe por parcela de agentes governamentais, uma visão no mínimo conservadora, que entende a garimpagem como um fenômeno típico de áreas de expansão de fronteiras, e como tal, tende a se acabar na medida que os depósitos mais rasos vão se esaurindo, e essas populações migrando, ou seja, um modelo de intervenção vulgarmente conhecido como esperar para ver como e que fica.

Entretanto, a realidade vem demonstrando que ambos os modelos são equivocados, pois a garimpagem no Estado já se estende por mais de 25 anos, e vem evoluindo sob novas formas de exploração, avançando sobre depósitos ditos primários e cada vez mais em conflito com a mineração, *sensu stricto*.

Neste contexto, nosso entendimento é de que o estado deve intervir através de políticas públicas, traduzidas na forma de ações institucionais com dois enfoques principais:

- Ênfase social para apoiar o desenvolvimento de um modelo de garimpagem alternativa de cunho social e comunitário (cooperativa);
- Enfoque tecnológico para permitir a transformação da garimpagem e promover o surgimento e consolidação de empreendimentos mineiros de pequeno porte, com *status* legal.

II - Justificativa

A proposta de intervenção para se alcançar o controle das atividades mineradoras contempla um elenco de ações que permitam disciplinar as atividades garimpeiras, ordenando-as e promovendo a transformação da garimpagem irracional e impactante, em uma atividade com padrões técnicos e de controle ambiental mais aceitáveis.

Para que o Estado, através da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA, proceda as ações de regularização via licenciamento, é necessário que se identifique e cadastre as principais unidades de produção existentes no Estado. Para tal este Termo de Referência definiu como prioridade à região conhecida como grande Aripuanã.

Como a garimpagem vem se desenvolvendo nessa região há mais de duas décadas sem nenhum tipo de controle ou gestão por parte dos órgãos competentes é notório que existem extensas áreas degradadas, graves conflitos de interesses e muitas

comunidades em profunda crise econômica, face ao declínio por que passa o atual ciclo extrativista mineral (ouro-diamante).

Neste caso, além do inventário das unidades de produção é necessário a realização de levantamentos de alguns temas para se avaliar o nível de comprometimento ambiental do meio físico e as interações sócio econômicas. A análise integrada dos temas propostos tem a finalidade de subsidiar elaboração de um diagnóstico norteador das ações de Estado.

O trabalho objeto deste termo de referência, mesmo se terceirizado deve ter o acompanhamento efetivo dos técnicos da FEMA.

III - Objetivos

O objetivo principal consiste em se obter ao término do trabalho, informações cadastrais detalhadas referentes ao universo das unidades de produção que operam na área, com a finalidade de gerar um banco de dados suficiente para que a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA proceda as ações de regularização da atividade.

Os estudos complementares necessários para compor o diagnóstico devem ser elaborados com os seguintes objetivos:

- Avaliação de impactos ambientais (meio físico) serão conduzidos através da caracterização físico-química das principais sub-bacias ou mesmo de áreas críticas buscando obter parâmetros para fins de caracterização dos locais mais impactados (degradação física), alterados (paisagem) e mesmo, com maior emissão de carga sedimentológica, tendo como base parâmetros de referência regionais (*background*).

- Os levantamentos pertinentes a sócio-economia deverão estar centrados nos processos de ocupação e uso do solo e na percepção ambiental das comunidades, buscando caracterizar os diversos agentes envolvidos, suas interfaces

sociais, com identificação dos pontos de conflitos, principalmente considerando-se a presença de minorias étnicas (índios) e culturais.

- Os levantamentos pertinentes a geologia econômica devem permitir a identificação dos principais ambientes geológicos, tipologias de depósitos e recomendações para direcionamento da exploração mineral (mapa previsional). A definição de áreas onde a atividade eventualmente pode avançar constitui uma informação vital para gestão (planejamento do uso e ocupação).

- Outro objetivo complementar a ser alcançado consiste na caracterização dos principais prospectos primários de ouro e diamante em exploração, tanto com potencial para sustentar projetos mineiros de pequeno porte, como para direcionar campanhas exploratórias, indicando áreas de maior interesse prospectivo.

IV - Abrangência

O projeto tem como limite geográfico a região noroeste do Estado de Mato Grosso, compreendendo as sub-bacias dos rios Roosevelt, Aripuanã, Madeirinha e as micro-bacias dos rios Juína, Camararezinho e São João da Barra, afluentes do rio Juruena, conforme mapa de localização apresentado na **figura 01**.

Em termos de referência cartográfica internacional o projeto abrange 11 folhas na escala 1:250.000, representando um total de 42 folhas na escala 1:100.000. Das 42 folhas citadas, constatou-se através de levantamentos prévios, a existência de atividade mineradora em cerca de 11 folhas (**figura 02**), que deverão ser o objeto principal dos trabalhos propostos neste termo de referência. Convém realçar que cerca de 18 folhas, das 42 referendadas, envolvem alguma porção de área indígena (**figura 02**). Fator relevante, a ser considerado durante a operacionalização do projeto.

A área de projeto abrange os municípios de Aripuanã, Castanheira, Comodoro, Cotriguaçu, Juruena, Colniza, Juína e Nova Bandeirantes. Nestes municípios vive uma população de cerca de 119.350 habitantes (IBGE/2000), mais 1.786 índios, em

uma área total de 137.051,24 km². Alguns dados secundários estão relacionados na tabela (figura 03).

Durante a implementação dos trabalhos deverão ser levantadas e consultadas todas as fontes de dados, materiais e informações disponíveis nas instituições governamentais e não governamentais, quer para fornecer subsídios aos levantamentos necessários ao inventário das unidades de produção, como para a consolidação do diagnóstico, resultante da integração dos diversos temas a serem abordados.

Em princípio, o trabalho levantará cerca de 11 regiões garimpeiras, conforme mapa de localização (figura 01), onde trabalha uma população estimada de 2.000 garimpeiros.

Recomenda-se como estratégia, que o trabalho seja contratado por etapas, compartimentando-o considerando-se as seguintes áreas de influência:

- Pólo Juína (diamante)
- Pólo Juruena (ouro)
- Pólo Aripuana (ouro, diamante, cristal, estanho,).

Define-se como de 1ª prioridade o Pólo Juína (Distrito Diamantífero de Juína), onde deverão ser implementadas as ações previstas neste Termo de Referência, via contrato a ser firmado pela FEMA mediante Plano de Trabalho específico. Para tal se estima ser necessário um período de 60 dias para a consecução dos trabalhos de campo, com mobilização de 04 equipes, compreendendo três campanhas de 15 dias cada, envolvendo a participação de cerca de profissionais habilitados para as finalidades a que se destina o trabalho.

Os trabalhos de escritório e laboratório devem consumir um período de 30 dias.

V – Atividades

✓ Diagnóstico e Cadastramento

- Levantamento bibliográfico com atualização dos indicadores sócio-econômicos relativos aos núcleos urbanos e reservas indígenas;

- Reuniões técnicas entre os agentes envolvidos, os trabalhos devem ser executados de forma integrada, com reuniões prévias para nivelamento e posicionamento, inclusive no decorrer dos trabalhos, para reflexões conjuntas e mutuo conhecimento dos dados gerados pelos diversos grupos. As reuniões deverão ser registradas em documentos tipo ajuda memória.

- Interpretação das imagens de satélite com a finalidade de gerar bases apropriadas para os diversos temas a serem desenvolvidos, com plotagem de garimpos, estruturas e ambiências geológicas, áreas degradadas, estradas, acampamentos e demais informações referentes à infra-estrutura disponível;

- Realização de sobrevôo e recobrimento fotográfico expedito das áreas mais críticas, onde concentraram as ações de campo.

- Sistematização das atividades de fotointerpretação para produzir mapas base, necessários as diversas atividades e produtos a serem gerados;

- Definição das equipes e planificação das operações de campo;

- Acionar a FEMA para contactar a FUNAI, no sentido de viabilizar os levantamentos em áreas indígenas, se for o caso, e se necessário com envolvimento de técnicos da própria FUNAI;

- Nivelamento, orientação e treinamento da equipe técnica, envolvendo a Instituição Executora, FEMA e municipalidade;

- Compatibilizar as legendas dos mapas e formulários de cadastramento modelo apresentado na **figura 04**, para os diversos tipos de garimpos e depósitos (primários e secundários), com a finalidade de inventariar, dimensionar e avaliar o universo das atividades mineradoras.

✓ As atividades pertinentes a avaliação de impactos se concentraram nas áreas que apresentarem maior degradação específica, e serão direcionadas a proposição de medidas mitigatorias e/ou recuperação de áreas degradadas.

✓ As atividades pertinentes ao tema Geologia Econômica deverão ser direcionadas para os seguintes aspectos:

- Caracterização lito-estrutural das principais regiões mineradoras;

Descrição da geologia regional com caracterização de sub-ambientes favoráveis à ocorrência de minerais (mapa previsional);

- Identificação dos circuitos utilizados na lavra e no tratamento das mineralizações primárias, conforme dados relacionados no formulário (anexo 04);

- Identificação de ocorrências e/ou aproveitamento de outros bens minerais como argilas, pedras coradas, calcário, estanho, cristal, rochas ornamentais, etc.;

✓ A abordagem **Sócio Econômica** contemplará as seguintes atividades:

- Elaborar um questionário para subsidiar as pesquisas de campo conforme modelo apresentado no **figura 05**;

- Identificar as principais lideranças regionais;

- Identificar e mapear os principais pontos e áreas de conflitos entre os grupos locais;

- Identificação dos principais agentes envolvidos no processo de exploração e ocupação de reservas indígenas;

- Identificar locais e comunidades para implantação de projetos de educação ambiental;

- Destacar as principais relações trabalhistas pertinentes à atividade;

- Identificação, qualificação e análise da situação (estatística) das principais endemias que afetam estas populações;

- Caracterização dos processos de ocupação da terra, com identificação dos principais projetos de colonização (INCRA) e estágio atual de implantação;

- Nos garimpos que exploram mineralizações primárias, faz-se necessário a obtenção de dados mais detalhados sobre o perfil dos garimpeiros, visando avaliar seu potencial para eventuais parcerias em projetos de melhoramento tecnológico;

- As entrevistas com as lideranças regionais mais expressivas que atuam no setor mineral devem ser gravadas, para reprodução em áudio e vídeo (abordagem interativa);

- Identificação e caracterização da estrutura sócio-econômica dos agentes garimpeiros, possibilitando traçar o perfil das populações envolvidas, considerando-se os inter-relacionamentos com os outros grupos étnicos e econômicos e

- Destacar os aspectos antropológicos e culturais dos principais grupos indígenas (etnias) existentes na região.

- **Banco de dados:** O banco de dados trará informações multimídia organizadas, sistematizadas e passíveis de serem analisadas por meio digital e analógico possibilitando sua divulgação pela Internet, através de gravação em CD's ou DVD's ou sua distribuição em papel.

No meio digital as informações bibliográficas serão apresentadas no formato PDF, as informações cadastrais em banco de dados no formato Access, as informações ambientais e tecnológicas, bem como os relatórios intermediários e o relatório final no formato PDF, as informações espaciais em ambiente arcview e as informações multimídia nos formatos tif (fotos e figuras), mp3 (entrevistas e sons) e wmv (filmagens).

No meio analógico as informações bibliográficas, cadastrais, ambientais e tecnológicas serão apresentadas em formato de tabela e impressas em impressora a laser. As informações espaciais serão apresentadas na forma de mapas que serão impressos em plotters a jato de tinta ou em impressoras laser. As fotos e figuras serão impressas em conjunto com os relatórios intermediários e final. As entrevistas, sons e filmagens serão apresentados em fitas cassete.

Os principais dados que serão coletados são os seguintes:

- **Informações bibliográficas:**

- Listagem de publicações referentes a temática mineral na região;
- Cadastro de trabalhos publicados na literatura técnico-científica;
- Mapas georeferenciados;
- Imagens de satélite georeferenciadas;

- Informações Cadastrais

○ Cadastro de frentes garimpeiras ativas ou paralisadas com anotação de responsável pelos empreendimentos;

○ Existência de projeto de controle ambiental ou não;

○ Existência de processo junto ao DNPM;

○ Existência de licença junto a Prefeitura;

○ Cadastro de Parceiros (autoridades locais, empresas mineradoras, prefeituras, DNPM, FUNAI, IBAMA, INCRA (assentamentos), lideranças garimpeiras, cooperativas e demais agentes envolvidos no processo);

○ Cadastro de projetos de controle ambiental (PCA's, PRAD's, etc..) em tramitação;

○ Endemias que afetam as populações da área;

○ Relações trabalhistas;

○ Processo de ocupação da terra;

- Informações ambientais:

○ Características das feições de degradação das frentes garimpeiras;

○ Processos de alteração da dinâmica superficial destas frentes;

○ Características das áreas de preservação permanente degradadas;

○ Ensaio físico-químicos e de distribuição de metais em pontos georeferenciados por micro-bacia;

- Informações tecnológicas:

○ Equipamentos e sistemas usados;

○ Aspectos relacionados a segurança do trabalho;

○ Técnicas extrativas;

- Informações espaciais (SIG):

○ Unidades de produção

○ Frentes garimpeiras;

○ Casas compradoras de ouro e diamante;

○ Polígonos das áreas do DNPM;

o Polígonos das unidades de conservação municipais, estaduais e federais;

- o Polígonos dos assentamentos;
- o Polígonos das áreas com LAU's (fonte: FEMA);
- o Drenagens e suas denominações locais e regionais;
- o Estradas e acessos com suas denominações locais e regionais;
- o Curvas de nível obtidas através de modelagem espacial;
- o Declividade obtida a partir de modelagem espacial;
- o Delimitação de micro-bacias a partir de modelagem espacial;
- o Áreas degradadas por atividades agropecuárias;
- o Áreas degradadas por atividades de mineração;
- o Unidades geológicas, afloramentos com descrição, lineamentos, falhas, garimpos e mineradoras, estruturas geológicas, áreas degradadas pela mineração, depósitos primários e secundários, áreas com potencial para a mineração ;
- o Ocorrências de outros bens minerais tais como argilas, pedras coradas, calcário, estanho, cristal, rochas ornamentais, etc...;
- o Coordenadas de amostragens físico-químicas;
- o Imagens de satélite de alta resolução georeferenciadas;

- Informações multimídia:

- o Fotos identificadas e georeferenciadas;
- o Entrevistas sonoras;
- o Filmagens;

Serão realizadas extensas pesquisas bibliográficas para identificar os trabalhos que tratam do tema do garimpo e que a localização dos trabalhos esteja situada na região Noroeste.

Através dos órgãos municipais, estaduais e federais serão coletadas informações sobre a situação legal das atividades mineradoras. Amostragens físico-químicas serão realizadas por micro-bacia buscando aferir os parâmetros ambientais da região. As informações cadastrais e tecnológicas serão colhidas em campo através de

preenchimento de formulários pré-estruturados com base nas informações prestadas pelos entrevistados. Para a coleta dos dados espaciais em campo, serão usadas técnicas e aparelhos baseados no sistema GPS e técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto através do uso de software de geoprocessamento da família ESRI. Serão usadas câmeras digitais, gravadores e filmadoras para o registro de entrevistas e demais informações visuais que posteriormente serão digitalizadas e armazenadas em micro-computadores.

VI - Produtos

1. Inventário técnico, todas as atividades cadastradas devem ser apresentadas em mapas (1:100.000), e referendadas em relatório contendo informações detalhadas sobre cada região garimpeira e respectivas unidades de produção. Inclusive com mapas esquemáticos mais detalhados das áreas para subsidiar as ações de licenciamento.

2. Relatório de Avaliação de Impactos Ambientais, com identificação e caracterização de parâmetros físico-químicos e/ou socioeconômicos, quantitativos e qualitativos, recomendados para serem utilizados como indicadores ambientais, para o futuro monitoramento da atividade.

3. Diagnóstico integrado, com base na análise crítica dos dados obtidos e interpretação dos resultados. Com sugestões e recomendações, notadamente com referência às diretrizes para a evolução do trabalho, visando a regularização e normatização.

4. Mapas com indicação de áreas ou micro bacias críticas quanto aos impactos avaliados.

5. Identificar áreas ou mesmo comunidades garimpeiras onde pode ser viável o desenvolvimento de programas integrados direcionados ao desenvolvimento

6. e modelos alternativos de garimpagem com ênfase social.

7. Memorial descritivo das casas e pessoas compradoras de ouro e diamante;

8. Apresentação de tabelas com estimativa do montante das áreas degradadas (km²) nas principais regiões garimpeiras.

9. Definição de pontos e parâmetros para rede de monitoramento nas sub bacias; consideradas dentro da área de abrangência, em princípio, restrito as micro bacias de 2ª e 3ª ordem, que se apresentem impactadas por atividades mineradoras, com o objetivo de manter os registros de dados e se aferir a eficácia das medidas de controle.

10. Estabelecer normas e procedimentos para fins de subsidiar a regulamentação de mecanismos de compensação de passivos ambientais decorrentes da atividade mineradora, conforme previsto na Lei nº 9.983 de 18/07/04 e Decreto nº 4340 de 22/08/04

11. Relatório Final, sintetizando os diversos levantamentos efetuados, inclusive dos prognósticos e conclusões resultantes do diagnóstico. Este texto não deve exceder a 40 páginas. Deve conter na forma de anexos; mapas, tabelas, fotos e seções mais representativas, dos principais capítulos que deverão compor os relatórios temáticos do diagnóstico.

VII - Prazos

Os trabalhos para o Distrito Diamantífero de Juína deverão ser executados num período de 06 meses conforme o cronograma físico apresentado na **figura 06**.

VIII - Custo e Plano de Desembolso

As Empresas, Organizações ou Instituições de pesquisas que se habilitarem para a elaboração das atividades e produtos inerentes a este termo de referência, devem apresentar orçamento detalhado e setorizado para apreciação da FEMA.

Para subsidiar a análise das propostas a serem apresentadas segue, em anexo, planilhas com os componentes de despesas que serão utilizados na avaliação das propostas a serem apresentadas.

O Plano de Desembolso deve ser compatível com as etapas e atividades previstas neste termo. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional (Real), em

consonância com as etapas e atividades previstas no cronograma físico, constante no Termô de Referência.

O desembolso está programado em quatro parcelas consecutivas , correspondendo aos seguintes valores (percentuais):

- 20% (vinte por cento) na assinatura do contrato;
- 20% (vinte por cento) trinta dias após a assinatura, condicionado ao início dos trabalhos de campo;
- 45% (quarenta e cinco por cento) sessenta dias após a assinatura, condicionado a aprovação do 1º relatório preliminar;
- 15% (quinze por cento) ao término dos trabalhos, após apresentação e aprovação dos produtos.

IX - Forma de Apresentação

Os documentos na forma de relatórios deverão ser entregues escritos na língua portuguesa, em papel formato A4, das Normas Técnicas Brasileiras em duas cópias nas versões preliminares e em quatro na forma final, sendo que nesta última uma delas será original. Os produtos finais Também devem ser entregues gravados em CD, no processador de texto *WORD for Windows (XP)*.

O relatório síntese do trabalho deve ser apresentado em 10 cópias. Os mapas constantes no trabalho devem ser apresentados pelo menos 01 original em papel poliéster, copiativo, acondicionado em tubos separados em função dos diversos produtos e relatórios apresentados.

X - Qualificação

O Executor deste trabalho deve ter notória especialização em trabalhos de levantamentos geológicos ambientais, com capacitação instrumental e corpo técnico compatível com as proposições e produtos a serem gerados.

XI - Considerações Finais

Qualquer dúvida pertinente a este Termo de Referência pode ser esclarecida na Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA, Assessoria de Projetos Especiais. Endereço Rua D, CPA, Palácio Paiaguás, CEP 78050-970, Cuiabá - MT, telefone (065)313-2483 e FAX (065)321-3687.

FIGURA 01
Mapa de Localização

Diagnóstico e Cadastramento de Atividades Mineradoras na região Moreense do Estado de Mato Grosso

**Diagnóstico e
Cartamentamento de
Áreas de Matas Ciliares
na região Noroeste do
Estado de Mato Grosso**

FIGURA 02
Relação das Folhas Cartográficas

Figura 02
Relação das Folhas Cartográficas

<i>Ref. Cartográfica</i> <i>Nome da Folha</i> <i>(1:250.000)</i>	<i>Ref. Cartográfica</i> <i>(1:100.000)</i>	<i>Nome da folha e/ou</i> <i>acidente geográfico</i> <i>(1:100.000)</i>	<i>Órbita</i> <i>satélite</i> <i>Landsat</i>	<i>Imagem</i> <i>disponível</i> <i>(FEMA)</i>	<i>data</i>	<i>banda</i>	
Folha Porto Gaúchos SC.21-Y-D DSG	SC.21-Y-D-I SC.21-Y-D-IV	Cachoeira dos Patos (A),(I) Igarapé Euzébio (I)	228/068 A	228/068	21/06/94	3,4,5	
Folha Juína SC.21-Y-C DSG	SC.21-Y-C-I SC.21-Y-C-II SC.21-Y-C-III SC.21-Y-C-IV SC.21-Y-C-V SC.21-Y-C-VI	Salto Tenente Marques (I) Rio Cinta Larga (A) (I) Juína (A) Rio da Eugênia (I) Rio Vinte e Um (A) (I) Rio Juízinha (A)	229/068 A 229/068 B 229/068 C 229/068 D	119/068 B 229/068 D	31/08/93 27/07/94	3,4,5 3	Juína Castanheira
Folha Pimenta Bueno SC.21-Y-C DSG	SC.20-Z-D-III SC.20-Z-D-VI	Roosevelt Sargento Paixão					
Folha Tapaiuna SC.21-Y-B DSG	SC.21-Y-B-I SC.21-Y-A-II SC.21-Y-A-IV	Ilha Grande (I) Igarapé São João da Barra Japuira (I)	229/067 B 228/067 D 228/067 A	229/067 B 228/067 A 228/067	08/07/85 21/06/93 21/06/94	2,3,4 3,4,5 3,4,5	Cotriguaçu Aripuanã Juruena Castanheira Juína
Folha Aripuanã .. SC.21-Y-A DSG	SC.21-Y-A-I SC.21-Y-A-II SC.21-Y-A-III SC.21-Y-A-IV SC.21-Y-A-V SC.21-Y-A-VI	Rio Branco (A) (I) Ouro Preto (A) Rio Canana (A) Igarapé Amarelo (I) Rio Furquim (A) (I) Vale do Ouro (A)	229/067 A 229/067 C 229/067 B 229/067 D	229/067 A 229/067 B 229/067 C 229/067	28/08/93 08/07/85 28/06/93 17/07/94	2,3,4 2,3,4 3,4,5 3	Cotriguaçu Juruena Castanheira Juína
Folha Rio Branco SC.20-Z-B IBGE	SC.20-Z-B-I SC.20-Z-B-II SC.20-Z-B-III SC.20-Z-B-IV SC.20-Z-B-IV SC.20-Z-B-V SC.20-Z-B-VI	Igarapé Pica-pau (I) Igarapé da Abelha (I) Igarapé Floresta (I) A.I Sete de Setembro (A) (I) A.I Roosevelt (A) (I) Rio Capitão Cardoso (A) (I)	231/067 D 230/067 C 230/067 D 230/068 A	231/067 230/067	28/07/93 21/07/93	3,4,5 3,4,5	
Folha Rio S. J.Barra SC.21-V-D IBGE	SC.21-V-D-I SC.21-V-D-IV SC.21-V-D-V	Ilha do Amolar (A) Igarapé do Noca Nova Bandeirante	229/066 D 228/067 A 228/067 B	229/066 D 228/067 B 228/067	31/08/93 21/06/93 21/06/94	3,4,5 3,4,5 3,4,5	Apiacás Nova Monte Verde N. Bandeirante Cotriguaçu Paranaíta
Folha Rio Aripuanã SC.21-V-C IBGE	SC.21-V-C-I SC.21-V-C-II SC.21-V-C-III SC.21-V-C-IV SC.21-V-C-V SC.21-V-C-VI	Igarapé Piranha Igarapé Pacutinga(A) Igarapé Porto Escondido (A) (I) A.I. Arara do Rio Branco Igarapé do Natal (A) (I) Escondido (I)	230/066 D 229/066 C 229/066 D 230/067 B 229/067 A 229/067 B	230/066 229/066 C 229/066 D 230/067 229/067 A 229/067	21/06/94 31/08/93 31/08/93 21/07/93 28/06/93 28/06/93	3,4,5 3,4,5 3,4,5 3,4,5 3,4,5 3,4,5	Colniza Aripuanã Cotriguaçu
Folha Rio Guariba SC.20-X-D IBGE	SC.20-X-D-I SC.20-X-D-II SC.20-X-D-III SC.20-X-D-IV SC.20-X-D-V SC.20-X-D-VI	Rio Madeirinha (A) Serra do Pinguero Rio Guariba Rio das Rosas Igarapé Duelo Igarapé Cojúbim	231/066 D 230/066 C 230/066 D 231/066 B 230/067 A 230/067 B	230/066 231/067 230/067	22/06/94 28/07/93 21/07/93	3, 4, 5 3, 4, 5 3,4,5	Colniza Aripuanã Rondolândia Juína Castanheira
Folha Rio Sucunduri SC.21-VA IBGE	SC.21-VA-V SC.21-VA-VI	Igarapé Morero (A) Igarapé Carlos Gomes (A)	229/066 C	230/066 229/066 C	28/06/93 31/08/93	3,4,5 3,4,5	Colniza Cotriguaçu
Folha Rio Roosevelt SC.20-X-B IBGE	SC.20-XB-IV SC.20-XB-V SC.20-XB-VI	Igarapé Preto Igarapé São Liberato Igarapé Imbaúba					Colniza

Legenda: (A): Folha com presença de atividade mineral
(I) : Folha compreendendo porção de área indígena.

FIGURA 03
Dados Secundários Sobre os Municípios e Áreas Indígenas

FIGURA 03
Áreas Indígenas no Estado de Mato Grosso

Nº	NOME	EXTENSÃO (ha)	ETNIA	POP.	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO JURÍDICO FUNDIÁRIA
01	Arara do Rio Branco	122.000,00	Arara	150	Aripuanã	Demarcada Port. Min. 569/92
02	Aripuanã	750.649,26	Cinta-Larga	105	Aripuanã Juína	Homologada/ Regularizada Dec. 375 de 24.12.91 CRI 46.633 em 22.01.92 (5º Of. Cuiabá)
03	Parque Aripuanã	1.614.366,00	Cinta-Larga	198	Juína Vilhena/RO	Homologada/ Regularizada Dec. 64860/69 CRI 31351 em 05.11.87 (Juína/MT) CRI em 4146 em 21.11.88 (Vilhena/RO) SPU em 06.11.87 (MT) SPU 101/389 em 29.07.88 (RO)
04	Enawenê- nawê	383.845,00	Enawenê- nawê		Juína	Demarcada Port. 464 de 13.09.91
05	Escondido	169.140,00	Rikbaktsa		Cotriguaçu	Identificada Port. FUNAI 1.859/E/85 Port. FUNAI 1.759 de 20.11.92 Parecer 75/DIS de 30.08.93 Despacho 24 de 03.06.94
06	Roosevelt	230.826,00	Cinta-Larga	304	Aripuanã Espigão D'Oeste/RO	Homologada/ Regularizada Dec. 262 de 29.10.91 CRI 1.480 em 15.01.92 (Esp. D'Oeste/RO) CRI 46.635 em 22.01.92 (Cuiabá/MT) CRI 2.816 em 24.01.92 (P.Bueno/RO)

Nº	NOME	EXTENSÃO (ha)	ETNIA	POP.	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO JURÍDICO FUNDIÁRIA
07	Sete de Setembro	248.147,00	Surui	586	Aripuanã Cacoal/RO	Homologada/ Regularizada Dec. 88.867/88 CRI 544 em 18.01.84 (Cacoal/RO) CRI 24.215 em 11.04.86 (Aripuanã/MT) SPU em 18.12.86
08	Zoró	352.600,00	Zoró	280	Aripuanã	Homologada/ Regularizada Dec. 265 de 29.10.91 CRI 31.352 em 05.11.87 SPU em 06.11.87

Fontes: Dados retirados do documento elaborado na Oficina Interinstitucional para Programa de Fiscalização e Vigilância de Áreas Indígenas em Mato Grosso.

FIGURA 04
Formulários de Cadastramento

Ficha nº _____

PROJETO: "DIAGNÓSTICO E CADASTRAMENTO DE ATIVIDADES MINERADORAS PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL".

CADASTRO DAS UNIDADES PRODUTORAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO GARIMPO

1.1 - Nome do Garimpo:		Região Garimpeira:
☐ Em atividade	☐ Sazonal	☐ Paralisado
1.2 - Localização:	Latitude:	
	Longitude:	
- Distrito:	Município:	
1.3 - Acesso:		
1.4 - Proprietário do Garimpo:		
- Endereço:		
- Profissão:	RG Nº:	
1.5- Gerente:		
- Endereço:		
- Profissão:	RG Nº:	
1.6 - Proprietário da área:		
- Endereço:		
- Profissão:	RG Nº:	

2 - ASPECTOS LEGAIS DO EMPREENDIMENTO
--

2.1 - DNPM: ☐ Ilegal	☐ Em legalização	☐ Legalizado Proc. Nº
2.2 - FEMA: ☐ Ilegal	☐ Em legalização	☐ Legalizado Proc. Nº
2.3 - PREFEITURA: ☐ Ilegal	☐ Em legalização	☐ Legalizado Proc. Nº
2.4 - Há algum tipo de demanda pela posse do empreendimento: ☐ Sim ☐ Não		
2.5 - Em caso afirmativo, indicar o motivo:		
2.6 - Tipo de documento existente entre o Empreendedor e o Superficiário:		
2.7 - Pagamento de renda ao Superficiário: ☐ Sim ☐ Não - R\$		

3 - ASPECTOS HIDROGRÁFICOS

3.1 - Sub-bacia:
3.2 - Denominação da drenagem:
3.3 - Classificação: Perene ☐ Intermitente ☐

4 - ASPECTOS GERAIS DO MINÉRIO EXPLOTADO				
4.1 - Tipo:		☐ Leito Ativo	☐ Terraço	☐ Paleocanal
		☐ Casc. Residual	☐ Grupiara	☐ Outros
4.2 - Tipo de Solo:		☐ Arenoso	☐ Argiloso	☐ Misto
		☐ Pedregoso	☐ Laterítico	
4.3 - Espessura aproximada da camada de cobertura:				
estéril:		Metros		
rejeito:		Metros		
4.4 - Espessura aproximada da camada de cascalho mineralizado:				Metros

5 - ASPECTO DA LAVRA					
5.1 - Sistema de Cata:		☐ Manual	☐ Semi mecanizado	☐ Mecanizado	☐ Outros
		☐ Dragas	☐ Escafandro	☐ Balsa	
5.2 - Sistema de Apuração:		☐ Peneiras/bateia	☐ Calhas	☐ Jigues	
		☐ Mesas de graxa	☐ Outros		
5.3 - Volume aproximado de minério Semanal:			Quinzenal:	Mensal:	
beneficiado:					
5.4 - Produção de diamantes (em CTS):		Semanal:	Quinzenal:	Mensal:	
5.5 - Produção de Ouro (em gramas):		Semanal:	Quinzenal:	Mensal:	
5.6 - Forma de desmonte da cobertura e/ou estéril: ☐ Manual ☐ Mecanizado					
5.7 - Destino da cobertura		☐ Bacias de Rejeitos	☐ Leito das Drenagens	☐ Margens das Drenagens	
e/ou estéril e dos rejeitos:		☐ Catas antigas	☐ Recuperação das Áreas Degradadas		

6 - ASPECTOS GERAIS DOS DIAMANTES					
6.1 - Tamanho médio das pedras:		CT	Maior pedra recuperada:		CT
					Data: / /
6.2 - Cor predominante:		1ª:	2ª:		
6.3 - Qualidade dos Diamantes: Extra		%	Primeira	%	Segunda
			%	Fundo	%
6.4 - Nome dos principais minerais guias utilizados pelos mineradores:					

7 - BARRAGENS DE REJEITOS				☐ Sim	☐ Não
7.1 - Material utilizado na construção do corpo das Barragens:					
☐ Arenoso	☐ Areno/argiloso	☐ Argiloso	☐ Misto	☐ Rejeitos	
7.2 - Taludes das Barragens Altura:		Largura: (m)	Inclinação: ° (m)		
7.3 - Distância aproximada das barragens até os cursos d'água:			(m)		
7.4 - Área aproximada das barragens:			m ²		
7.5 - Formato das Barragens:					
☐ Oval	☐ Retangular	☐ Arredondado	☐ Irregular		

8 - BARRAGEM DE CLARIFICAÇÃO		☐ Sim	☐ Não
8.1 - Área aproximada da Barragem:		m ²	

9 - INFRA-ESTRUTURA			
9.1 - Abastecimento de Energia:		☐ Rede Elétrica	☐ Gerador
9.2 - Fonte de água utilizada		☐ Rio	☐ Córrego
no empreendimento:		☐ Frente de lavra antiga	☐ Outros
9.3 - Construções:		☐ Alojamento	☐ Dormitório
		☐ Barraco Lona/ palha.	☐ Sanitários

10 - EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÕES	
EQUIPAMENTOS	Quantidade	
Calha(s) Concentradora (s)		
Peneiras/Bateia		
Jigue(s) Convencional(is)		
Resumidora(s)		
Mesa(s) de Graxa		
Motores		
Balsa		
Dragas		
Veículos Utilitários		
Retro Escavadeira		
Trator de Esteira		
Grupo Gerador		

11 - ASPECTOS AMBIENTAIS			
11.1- Vegetação predominante próximo ao empreendimento:			
☐ Cerrado Aberto	☐ Cerrado Fechado	☐ Mata Galeria	☐ Campo Natural
☐ Várzea	☐ Pastagens	☐ Lavoura	
11.2 - Grau de Comprometimento dos Mananciais e Matas Ciliares:		☐ Nenhum	☐ Parcial
		☐ Total	
11.3 - Alteração no Relevo (desmonte, cava):		☐ Profundo	☐ Superficial
11.4 - Grau de assoreamento no curso d'água próximo ao empreendimento:			
☐ Alto	☐ Médio	☐ Baixo	☐ Ausente
11.5 - Grau de revegetação natural das áreas já trabalhadas:			
☐ Nenhuma	☐ Incipiente	☐ Médio	☐ Alto
11.6 - Tipo de solo predominante no entorno do empreendimento:			
☐ Arenoso	☐ Argiloso	☐ Misto	

12 - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS				
12.1 - Número de trabalhadores no empreendimento:		Homens:	Mulheres:	Menores:
		Total:		
12.2 - Tipo de vínculo empregatício: ☐ Percentagem ☐ Salário Fixo ☐ Meia Praça ☐ Outros				
12.3 - Valor do pagamento em média: R\$ ou CT de diamante				
12.4 - Periodicidade: ☐ Diário ☐ semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal				
12.5 - Tipo de assistência que o proprietário/arrendatário do garimpo garante ao empregado: Assistência médica.				
12.6 - Condições do alojamento fornecido aos trabalhadores: ☐ Boa ☐ Média ☐ Ruim				
12.7 - Tipo de água fornecida ☐ Rio ☐ Córrego ☐ Cacimba				
aos trabalhadores: ☐ Poço Artesiano ☐ Catas antigas ☐ Outros				

13 - EXISTE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL: ☐ Sim ☐ Não	
13.1 - Que tipo:	Recomposição Topográfica:
	Ha:
Revegetação:	
Recuperação Canal do Rio:	

14 - OBSERVAÇÕES:

____/____/____
Data

Assinatura

FIGURA 05
Ficha para Pesquisa Sócio Econômica

FIGURA 05

Diagnóstico Ambiental das Atividades Garimpeiras da Região Noroeste de Mato Grosso

1- DADOS PESSOAIS DO INFORMANTE		
1. NOME: _____		Idade: _____
1.1. Sindicalizado: ☐ sim ☐ não		Ano: _____
2. Estado Civil:	☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Outros	
3. Escolaridade:	☐ Analfabeto ☐ 1º Grau Completo ☐ 2º Grau Completo ☐ Outros.Especificar: _____	
4. Origem:	Natural de _____ Estado de _____	
5. Documentos que possui:	☐ Carteira de Identidade ☐ Carteira de Trabalho ☐ Título de Eleitor ☐ Outros. Especificar: _____	
6. Causa da Ida para o garimpo:	☐ Desemprego ☐ Problemas Familiares ☐ Vontade de Enriquecer ☐ Outros. Especificar: _____	
7. Ocupação Anterior:	☐ Lavoura ☐ Firma ☐ Governo ☐ Outros. Especificar: _____	
8. Atividade Alternativa à garimpagem:	☐ Agricultura ☐ Construção Civil ☐ Nenhuma ☐ Outros.Especificar: _____	
9. Residência:	☐ Matupá ☐ Paranaíta ☐ Alta Floresta ☐ Peixoto de Azevedo	☐ Guarantã do Norte ☐ Terra Nova ☐ Cuiabá ☐ Outros.Especificar: _____
10. Atividade que desenvolve:	☐ Dono de Garimpo ☐ Gerente ☐ Dono da máquina ☐ Operador da máquina ☐ Maraqueiro	☐ Garimpeiro manual ☐ Bicojateiro ☐ Cozinheiro ☐ Raizeiro ☐ Outros.Especificar: _____

II. ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA – SAÚDE E LAZER

1. Doenças que pegou
no garimpo:

- ☐ Malária
☐ Hepatite
☐ Leishmaniose
☐ Verminose
☐ Doença Venérea

- ☐ Hanseníase
☐ Aids
☐ Sífilis
☐ Outros. Especificar: _____

2. Onde trata das
doenças

- ☐ Farmácia
☐ Posto de saúde
☐ Hospital
☐ Em casa

- ☐ Curandeiro
☐ Remédio Caseiro
☐ Outros. Especificar: _____

3. Número de casos de Malária nos 3 últimos meses: ☐ nº de vezes Meses: _____

4. Trabalho feito na
queima de mercúrio

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Sempre
☐ Às vezes

Quantos anos? _____

III. ASPECTOS DA ESTRUTURA ECONÔMICA – RELAÇÃO DE PRODUÇÃO

1. Horas de trabalho:

- ☐ Até 8 horas/dia
☐ Mais de 8 horas/dia ☐ Outros. Especifica: _____

2. Ocupação da mão de
obra feminina

- ☐ Cozinha
☐ Boite ☐ Garimpo
☐ Outros. Especificar: _____

3. Salário Médio
Diarista

- ☐ Menos de 1 salário mínimo ☐ Até 5 salários mínimos
☐ 1 Salário mínimo ☐ Outros. Especificar: _____
☐ Mais de 1 salário mínimo

1. Renda/Porcentista

V. CUSTO E RENDA NO GARIMPO

- ☐ Recebe até 5% da produção ☐ Recebe até 30%
☐ Recebe até 10% ☐ Recebe até 50%
☐ Recebe até 20% ☐ Outros. Especifica: _____

2. Quanto produz (extra)
por semana

- ☐ de 1 a 5g ☐ Outros. Especificar: _____
☐ de 6 a 10g

3. Meses de trabalho
no Garimpo

- ☐ Janeiro ☐ Julho
☐ Fevereiro ☐ Agosto
☐ Março ☐ Setembro
☐ Abril ☐ Outubro
☐ Maio ☐ Novembro
☐ Junho ☐ Dezembro

VI. ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

1. O garimpo foi
Adquirido através:

- ☐ Compra
☐ Troca
☐ Aluguel

- ☐ Requerimento ao DNPM/Licenciamento
☐ Outros. Especificar: _____

FIGURA 06
Cronograma Físico



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

PROJETO

DE

PESQUISA

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502




Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

MODALIDADE DE CONTRATO

- () PESQUISADOR EFETIVO**
- () PESQUISADOR COM CONTRATO TEMPORÁRIO**
- () PESQUISADOR AUTÔNOMO**
- () PESQUISADOR VISITANTE**
- () BOLSISTA DCR**
- () BOLSISTA PRÓ-DOC**

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

FORMULÁRIO Carta Consulta	FAPEMAT Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
-------------------------------------	--

1. Dados Cadastrais

Proponente Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia - SICME				CNPJ	
Endereço Av. Getúlio Vargas, 1077, Bairro Goiabeiras					
Cidade Cuiabá	UF MT	CEP 78045-720	DDD / Telefone 1 (65) 3613-0036	DDD / Telefone 2 ()	
Nome do Responsável pelo Projeto Antonio João Paes de Barros				CPF 242041291-53	
RG / Órgão Expedidor 038517 SSP/MT		Titulação Doutor em Geociências		Função Geólogo	
Endereço Avenida Cel. Escolástico 515					
Cidade Cuiabá	UF MT	CEP 78.010-200	DDD / Telefone 1 (65) 33215654	DDD / Telefone 2 (65) 92892747	
e-mail do Responsável pelo Projeto ajpbarros@uol.com.br					

2. Outras Instituições

Nome Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT	CNPJ 03.020.401/0001-00
Endereço: Av. Gonçalo Antunes de Barros	CEP 78.050-300

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Título do Projeto:	Avaliação dos sistemas de produção e métodos de lavra dos depósitos auríferos primários de pequeno porte para fins de modelar um arranjo produtivo local
Grande Área de Conhecimento (Segundo CNPq)	1.00.00.00-3 Ciências Exatas e da Terra
Área de Conhecimento (Segundo CNPq)	1.07.00.00-5 GeoCiências
Sub-Área de Conhecimento (Segundo CNPq)	1.07.01.08-7 Metalogenia
Palavras-Chaves	Pequena mineração, ouro, garimpo, Alta Floresta, Peixoto de Azevedo, cooperativas e

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Duração do Projeto	Início: 15/10/2009	Término: 15/03/2011
Resumo do Projeto (máximo de 10 linhas)	Este projeto tem como proposta avaliar os sistemas produtivos, desenvolver metodologias e instrumentos técnicos, e propor alternativas para racionalizar as atividades exploratórias inerentes a garimpagem na região Peixoto de Azevedo, com ênfase na melhoria das técnicas de lavra e dos processos de beneficiamento do minério. A partir deste conjunto de dados o projeto pretende fornecer subsídios a orientação de políticas públicas voltadas ao segmento minerador de pequeno porte, com diretrizes para modelar um arranjo produtivo local, base para dar sustentabilidade a um futuro parque minerador de pequeno porte nessa região do Estado.	
Referência da Chamada (Edital)	Edital de Governo / Fapemat – N. 005/209 Objetivo 1.1 – Arranjos Produtivos Locais.	
Instituição Proponente (para Editais de Governo)	Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME	

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Coordenador e Instituição	Antonio João Paes de Barros Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT		
Dados do Coordenador: Endereço, e-mail e Telefone	Av. Cel. Escolástico 515, Apto 303, bairro Bandeirantes, CEP: 7801-200, tel. (65) 92892747, email: ajpbbs@gmail.com		
Instituição Executora	Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT		
Outras Instituições envolvidas no projeto	UNICAMP – Universidade de Campinas Sema – Secretaria Estadual de Meio Ambiente Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo COOGAVEP - Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto		
Equipe Executora	Nome do Pesquisador	Titulação	Instituição
	1 - Antonio João Paes de Barros	Doutor	METAMAT
	2 - Roberto Perez Xavier	Pós Doc.	UNICAMP
	3 – Sandra Marcia Laet	Geóloga	SEMA
	4 – Ricardo Araujo	Geólogo	Curso Esp. (UFPA)
	5 - Darlan Izautino dos Santos	Geólogo	COOGAVEP

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

1. Introdução

A atividade garimpeira conduzida fundamentalmente através de procedimentos e métodos ditos de garimpagem, constitui uma atividade tradicional em Mato Grosso, responsável pela criação de inúmeras cidades, e onde existem inúmeras comunidades com base econômica e inserção cultural arraigadas na produção de diamante e ouro.

Na região norte do Mato Grosso, nota-se a partir do fim da década de 1970 que a atividade extrativa aurífera se inseriu de forma espontânea no processo de ocupação da região Amazônica. Esta atividade, compreendida dentro de um fenômeno denominado garimpagem, avançou em direção aos aluviões depositados nas planícies de importantes rios que compõem a bacia do rio Teles Pires, com destaque para os rios Peixoto de Azevedo, Braço Norte, Peixotinho, Nhandu, Paranaita, Apiacás, chegando até o rio Juruena.

Este período coincidiu com o início de um ciclo exploratório motivado por fortes demandas e crescente preço do ouro no mercado internacional, sendo constatado de forma localizada e em determinados momentos, conflitos e até atos de violência envolvendo comunidades garimpeiras e empresas mineradoras, com destaque para aqueles ocorridos nas regiões garimpeiras do Planeta, Juruena e Araguaia.

Na época, este cenário conduziu o governo federal a criar, em 1983, quatro reservas garimpeiras na região norte do Estado, no contexto da Província Aurífera Alta Floresta: Peixoto de Azevedo (657.500 ha), Cabeça (121.000 ha), Zé Vermelho (50.000 ha) e Juruena (44.625 ha).

A criação dessas reservas apesar de importante para dirimir conflitos de interesses à época, não foram seguidas de políticas públicas, ou mesmo de ações que pudessem direcionar a atividade para patamares de exploração mineral, mais racional e de base tecnológica. Isto se considerarmos o previsível, gradativo e natural avanço da exploração dos aluviões, em direção aos depósitos de enriquecimento supérgeo (saprólitos) e finalmente alcançando para os primários, em suas diversas tipologias.

Este ciclo atingiu o auge da exploração no ano de 1991, a partir de então observou-se uma queda continuada da produção, sobretudo face ao declínio do preço do ouro, atingindo seu patamar mínimo em 2001, quando o valor chegou a US\$ 256,00/oz, e coincidindo em parte, com a quase exaustão das reservas ditas aluvionares.

A partir do ano de 2005 observou-se uma retomada no preço internacional do ouro, quando atingiu patamares da ordem de US\$ 400,00/oz, com sobrevalorização mais ainda em 2007, quando alcançou preços médios da ordem de US\$ 700,00/oz, de US\$ 872,00 /oz em 2008, e finalmente com valores acima de US\$ 900,00 /oz em 2009.

Entretanto, este cenário de preços valorizados, apesar de contribuir para a retomada da atividade exploratória, certamente só resultará em indicadores de produção significativos com o advento de um modelo de mineração que viabilize a exploração dos corpos de minério, já conhecidos e em grande parte abandonados. Naturalmente considerando-se a introdução de tecnologias e procedimentos ajustadas as características metalogenéticas desta província, tipificada por depósitos de ouro de pequeno (< 1 t de ouro) a médio porte (1 a 5 t de ouro).

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Em inúmeras áreas onde mineralizações primárias de ouro foram expostas pelos garimpeiros, trabalhos de pesquisas conduzidas por empresas de mineração estatais (e.g. Companhia

Matogrossense de Mineração - METAMAT e Companhia de pesquisa e Recursos Minerais - CPRM) e privadas (e.g. Companhia Estanífera do Brasil - CESBRA, Mineração PENERY, Rio Tinto Desenvolvimento Mineral - RTDM, West Mining Corporation - WMC, Santa Elina, CVRD, etc.) têm mostrado o predomínio de depósitos do tipo filoniano, alojados em estruturas que, em princípio, proporcionaram apenas a geração de depósitos de pequeno a médio porte.

Esses depósitos (filões) foram trabalhados pelos garimpeiros a céu aberto, e em alguns casos através de lavra subterrânea, até profundidades medias de 30 metros, tornando-se sua maioria inacessíveis aos procedimentos ditos garimpeiros, e pelas reservas contidas, desinteressantes as empresas mineradoras tradicionais. Assim, para que sejam desenvolvidos, estes corpos necessitam de investimentos e métodos de avaliação alternativos para se transformarem em minas.

Esses filões mostram marcante controle estrutural, ocorrem preferencialmente associados a zonas de cisalhamento (Paes de Barros 1994) e muitos têm feições típicas dos depósitos classificados como do tipo orogenético, de acordo com as características estabelecidas por Groves et al. (1998) e Goldfarb et al. (2001). Adicionalmente, segundo Paes de Barros (2007) existem mineralizações que ocorrem na forma de disseminações e stockworks, bem como veios e vênulas, alojados, sobretudo, em granitos de idade paleo a mesoproterozóica. Essas tipologias citadas, sugerem em alguns casos, a existência de granitos mais especializados que durante a cristalização, podem ter contribuído para a geração de fluidos e desenvolvimento de sistemas magmático-hidrotermais capazes de formar depósitos de ouro. Na literatura, depósitos dessa natureza estudados em diversas províncias auríferas do mundo vêm sendo tipificados como do tipo ouro associado a intrusivas félsicas ou Intrusion related gold (Sillitoe 1991); intrusion related gold veins (Sillitoe & Thompson 1998); Intrusion related gold deposits in Sn-W provinces (Thompson et al. 1999); reduced intrusion-related gold systems (Thompson & Newberry 2000; Lang & Backer 2001 Backer & Lang 2001); granite-hosted gold mineralization (Mustard 2001); ou ainda gold porphyry (Sillitoe 2000).

Em seu escopo os conceitos, conhecimentos e metodologias apresentadas neste documento objetivam inserir na atividade extrativa mineral desenvolvida sobre depósitos filoneanos de pequeno porte, tecnologias e procedimentos consagrados na engenharia. Nestes termos, esse projeto pretende gerar dados, informações e documentos técnicos que contribuam para promover a exploração racional de dezenas de pequenos depósitos conhecidos, de forma a consolidar na região um modelo de mineração adaptável aos diversos casos possíveis, contribuindo para reduzir as ações de depredação, mal aproveitamento e abandono prematuro de promissoras jazidas, minimizando danos ao meio ambiente causadas pela garimpagem desordenada e criando condições para o surgimento de um parque minerador de pequeno porte, similar ao que existe hoje na cidade de Poconé.

Segue como Anexo 1 mapa com a localização das regiões garimpeiras com os respectivos municípios.



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

2. Justificativa

A exploração irracional de extensas áreas com mineralizações auríferas, através do uso de técnicas, procedimentos e formas de produção típicas do fenômeno garimpo, nos permite constatar, em quase três décadas, que tal sistema de exploração, resultou em graves impactos ambientais e mazelas sociais de diversas naturezas.

O desafio da problemática garimpeira está justamente em se ajustar mecanismos que promovam uma mudança no atual status quo da atividade. Esta transformação envolve um profundo choque cultural, uma vez que busca resgatar princípios e conscientizar populações que se habituaram à marginalidade. No nível tecnológico, a inexistência de padrões técnicos, na forma de pesquisas geológicas e projetos mineiros, além de conduzir ao sub-aproveitamento e mesmo dilapidação de depósitos, resulta em constantes retomadas de frentes de lavra e ruptura nos sistemas produtivos, com consequências danosas nos diversos níveis (sociais-econômicos-ambientais)

Apesar da relativa exaustão dos depósitos superficiais, a reserva garimpeira de Peixoto de Azevedo ainda detém inúmeros ambientes potencialmente mineralizados (Paes de Barros 2007). Naturalmente para este potencial se transformar em emprego e renda é necessário o desenvolvimento de metodologias de pesquisas geológicas adequadas e técnicas exploratórias inovadoras, que possibilitem romper paradigmas, e se traduzam em projetos mineiros compatíveis com as diversas tipologias e porte dos depósitos de ouro considerados.

Assim sendo, este projeto parte da premissa que a condução de pesquisas e orientação de procedimentos exploratórios constitui os elementos fundamentais para se definir a viabilidade econômica e alinhar os passos de um projeto mineiro, base para a transformação do garimpo em pequena mineração. Abordagem esta, similar a conduzida em Poconé entre 1995 e 1996, pela METAMAT em parceria com a FEMA, no âmbito PRODEAGRO/PNUD - Projeto BRA/94/006 Melhoria tecnológica de áreas de garimpo.

Neste contexto, este projeto se coaduna com inúmeros trabalhos que vem sendo implementado, diretamente ou com apoio da METAMAT, caso do Programa 0210 "Fomento a Atividade Mineral", Ação 2986 "Orientação Técnica à Mineração", coordenado pelo geólogo Antonio João (METAMAT); do projeto "Depósitos auríferos associados a intrusivas félsicas no Segmento Teles Pires-Peixoto Azevedo (MT) da Província do Tapajós: parâmetros controladores e modelos genéticos", já concluído, com recursos do CNPq (IGE/UNICAMP - Prof. Dr. Roberto Perez Xavier); e do projeto "Ambiente tectônico e metalogênese dos depósitos de ouro e cobre das Províncias Minerais do Tapajós (MT) e Carajás (PA)", coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Roberto de Souza Filho (IGE/UNICAMP), com recursos da FAPESP.

Assim, este projeto direcionado a avaliação dos sistemas de produção e dos métodos de lavra em uso nos depósitos auríferos primários de pequeno porte (filões), representara um passo a mais no sentido de modelar um arranjo produtivo local, base para dar sustentabilidade a um futuro parque minerador de pequeno porte nessa região do Estado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

3. Objetivo Geral

Avaliar os sistemas produtivos, gerar instrumentos técnicos e propor alternativas para racionalizar as atividades exploratórias, auxiliando na orientação de políticas públicas voltadas ao segmento e contribuindo para **a)** melhoria das técnicas de lavra e dos processos de beneficiamento do minério; **b)** desenvolvimento e introdução de equipamentos adequados à lavra subterrânea de depósitos filonianos; **c)** ganho de produtividade, minimizando riscos ocupacionais, através de orientação técnica; e **d)** consolidação de dados que favoreçam o surgimento de um distrito mineiro, base para o estabelecimento de uma cadeia produtiva.

4. Objetivos Específicos

a) Avaliar as iniciativas exploratórias direcionadas a exploração de depósitos filonianos, sobretudo aquelas envolvendo procedimentos de lavra subterrânea (shafts).

Produto: **Relatório técnico** documentando os principais problemas inerentes a lavra e de risco ocupacional e propondo tecnologias mais apropriadas.

b) Elaborar um Projeto mineiro básico para lavra subterrânea, direcionado ao aproveitamento dos depósitos filonianos que ocorrem na região de Peixoto de Azevedo.

Produto: **Projeto conceitual** com elementos e subsídios que permitam avançar para a formatação de um projeto executivo, naturalmente levando-se em consideração as particularidades de cada depósito.

c) Interação com as cooperativas de garimpeiros locais buscando elementos e informações que contribuam para modelar uma cadeia produtiva.

Produto: **Termo de cooperação técnica** entre a (s) cooperativa (s) e a METAMAT.

d) Amostragem e caracterização dos diversos veios que estão sendo explorados através de procedimentos de lavra subterrânea, com a finalidade de conhecer teores, granulometria, natureza das inclusões e fases metálicas, e associação paragenética.

Produto: **Relatório técnico**



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
5. Metodologia e Estratégia de Ação

Os Arranjos Produtivos Locais, as chamadas “APLs”, vem sendo divulgadas pelas agências de gestão e planejamento públicos como uma modalidade de organização territorial da produção, ou de forma mais simplificada, como a concentração de diversas pessoas ou empresas ligadas a uma atividade produtiva numa cidade ou região. Alguns exemplos bastante conhecidos são o setor calçadista de Franca, de semi jóias de Limeira, Cerâmica de Socorro e o de rochas ornamentais do estado do Espírito Santo.

A metodologia de identificação, mapeamento e caracterização estrutural de Arranjos Produtivos Locais, ainda em fase de desenvolvimento, segundo Suzigan (2006), consiste na elaboração de indicadores de concentração geográfica, segundo as classes de atividade econômica e de especialização local por microrregiões. Para isso, os especialistas valem-se de cálculos matemáticos, estatísticos e de dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), preparada pelo Ministério do Trabalho. O autor citado reporta ainda ser imprescindível o trabalho de campo, com visitas às empresas e instituições que integram os APLs, de maneiras a consolidar uma base de dados que fornecerá aos gestores públicos uma espécie de radiografia dos sistemas e arranjos locais existentes, possibilitando assim a adoção de ações coordenadas para o setor. Outras metodologias disponíveis (Besen e Delgado 2005) são direcionadas principalmente para aglomerações produtivas industriais.

Bortolotti (2005) além de apresentar uma boa revisão conceitual sobre o tema, apresenta e discute um sistema de indicadores para classificação e avaliação de arranjos produtivos locais. Este autor comenta que a literatura apresenta diversas formas de classificar o APL, uma delas segundo o nível de desenvolvimento em que ele se encontram, podem se enquadrar em: Embrionário, Emergente, em Expansão ou Maduro

No caso específico deste projeto, apesar da notória existência de um Arranjo Produtivo Local embrionário na região garimpeira de Peixoto de Azevedo, voltado a produção de ouro, não existem elementos e nem informações que facultem as abordagens metodológicas sugeridas na literatura, posto que a atividade ocorre em sua quase totalidade na informalidade (indicador do grau de organização, Bortolotti 2005). Assim do ponto de vista metodológico este projeto utilizara métodos alternativos de identificação, mapeamento e caracterização estrutural dessa APL, através principalmente de pesquisas de campo e da avaliação das iniciativas em curso, notadamente no que diz respeito ao aproveitamento dos pequenos depósitos do ouro primário (filões). Isto se considerando o foco maior deste projeto que é de avaliar o sistema produtivo inerente a atividade garimpeira desenvolvida no vale do rio Peixoto de Azevedo, com a finalidade de gerar instrumentos técnicos e propor alternativas para racionalizar as atividades exploratórias, auxiliando na orientação de políticas públicas e ações privadas.





Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

Em termos operacionais o projeto será implementado em três etapas básicas, ou seja:

- 1) Diagnóstico, Cadastramento e Sensibilização;
- 2) Mobilização e Organização da atividade e
- 3) Planejamento e modelagem de um projeto piloto de melhoramento tecnológico.

Em termos gerais as seguintes estratégias e respectivas atividades deverão ser desenvolvidas em cada uma das etapas previstas.

1 - Diagnóstico, Cadastramento e Sensibilização

As atividades pertinentes ao tema Diagnóstico, Cadastramento e Sensibilização deverão ser direcionadas para o universo das atividades existentes com os dados a serem obtidos a partir da aplicação de uma planilha de entrevistas (**Anexo 2**). Estes dados após devidamente tabulados e analisados deverá possibilitar uma avaliação do estágio atual da atividade, considerando-se aspectos técnicos, organizacionais, operacionais, econômicos e ambientais, tendo como referencia os seguintes quesitos:

- Avaliação técnica de unidades de produção onde já existe algum tipo de empreendimento para o aproveitamento de corpos auríferos primários, com identificação dos principais pontos críticos a condução dos trabalhos de lavra e beneficiamento.
- Avaliação do atual estágio de qualificação / capacitação técnica (mão de obra) e de infraestrutura (capital investido e equipamentos) destes empreendimentos, inclusive quanto a preocupação do empreendedor para com as práticas de controle ambiental e o passivo ambiental.
- Aspectos legais, como a existência de projeto de controle ambiental (SEMA), processo junto ao DNPM ou licença junto a Prefeitura, de forma a identificar garimpeiros com potencial para serem parceiros na implantação deste projeto piloto.
- Avaliação dos indicativos de viabilidade econômica mais relevantes, tanto na lavra, quanto no tratamento de minério, isto para o caso de empreendimentos em atividade.
- Determinar para cada unidade de produção um fluxograma do sistema produtivo utilizado ou mesmo, inovado na lavra e tratamento de corpos primários.
- Avaliar as condições de apoio (postos de gasolina, assistência técnica, acessos, etc.), disponibilidade energética atual e futura do local em que se encontra cada unidade de produção, bem como o interesse do proprietário em utilizar um sistema de tratamento de minério cooperativo, associativo ou coletivo (mina escola).
- Quantificar e amostrar para cada unidade, o volume de materiais sendo trabalhado, compreendendo os seguintes quesitos: R.O.M (run of mine - minério que sai da frente de lavra); relação estéril minério; alimentação da unidade de tratamento; capacidade da unidade de tratamento instalada e local de deposição de rejeitos.
- Estimar e amostrar o volume da bacia de rejeitos, caso ela exista, ou qualquer outro tipo de local utilizado para o acondicionamento dos rejeitos.
- Estimar a área superficial utilizada pela unidade de produção, tanto para lavra, quanto para o tratamento e servidões.

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

- O quesito **Geologia Econômica** será direcionado para a caracterização lito-estrutural do depósito, morfologia e eventual tipologia da mineralização e estimativa do potencial geológico do depósito.

- O tema **sensibilização** será direcionado para obter dados mais detalhados sobre o perfil do garimpeiro, principalmente no que diz respeito ao seu potencial para participar de projetos pilotos, e demais elementos de análise, conforme a planilha recomendada (**Anexo 3**).

A análise desse conjunto de dados e informações permitirá identificar as condições de disponibilidade e capacidade financeira dos parceiros, preferencialmente organizados em cooperativas, bem como, avaliar o interesse e a expectativa (royalties) do(s) parceiro(s) para participar de um projeto piloto de melhoramento tecnológico, que terá como foco principal o desenvolvimento de técnicas de exploração mineral e a formação de mão de obra qualificada.

2) Mobilização e Organização da atividade

Nesta etapa pretende-se diagnosticar o estágio de maturidade dos garimpeiros para se transformarem em pequenos mineradores, através de reuniões, palestras e visitas técnicas, promovendo o nivelamento de informações e reflexões conjuntas. Estas atividades deverão ser desenvolvidas preferencialmente junto às cooperativas de garimpeiros até como forma de promover o fortalecimento institucional das mesmas. Quando o projeto estiver neste estágio espera-se que a regularização da atividade já se encontre equacionada para permitir o avanço dos trabalhos em direção a seleção da melhor opção de área e parcerias para se implantar o projeto piloto de melhoramento tecnológico.

3) Planejamento e modelagem de um projeto piloto de melhoramento tecnológico.

Esta etapa de modelagem e elaboração de um projeto piloto de melhoramento tecnológico, com ênfase no desenvolvimento de metodologias para a lavra subterrânea de corpos filonianos, demandará um grupo de trabalho especializado, envolvendo os diversos agentes identificados, para formatar um projeto que possa ser conduzido institucionalmente, e preferencialmente, dentro de um formato de mina escola.

Nesta etapa pretende-se utilizar os dados tabulados obtidos nas etapas anteriores, com a finalidade de obter subsídios necessários a seleção do melhor parceiro e melhor área para se implantar esta mina escola, considerando-se as recomendações contidas no **projeto piloto de melhoramento tecnológico**, que será formatado em bases conceituais, para posterior adequação em nível de projeto básico e executivo.

A implantação no futuro desse projeto mineiro, intitulado "**Projeto Mineiro Básico para Mina Subterrânea na Região de Peixoto de Azevedo - MT**", naturalmente só ocorrerá após o equacionamento dos recursos. Desta forma, demandará na sequência a revisão deste projeto, que será então detalhado com as diversas etapas de execução, inclusive considerando-se o montante dos recursos alocados, bem como o fluxo financeiro que demonstre a viabilidade ou não de se implantar a mina escola.



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
6. Existência de financiamento de outras fontes

Este projeto não conta com recursos financeiros de outras fontes.

Algumas abordagens dentro desta temática vêm sendo feitas com recursos próprios da METAMAT no contexto do Programa 0210 "Fomento a Atividade Mineral", Ação 2986 "Orientação Técnica à Mineração" que o governo do estado de Mato Grosso vem implementado através da METAMAT, envolvendo parcerias institucionais com o DNPM, SEMA e Prefeitura de Peixoto de Azevedo, e com participação de pesquisadores da UFMT e UNICAMP, conforme trabalhos reportados no projeto, que constam como referências bibliográficas.

7. Resultados, produtos, avanços e aplicações esperadas

Incremento no número de garimpos regularizados

Relatório técnico, documentando os principais problemas inerentes a lavra e de risco ocupacional com recomendações de tecnologias mais apropriadas

Projeto mineiro básico para lavra subterrânea, em nível conceitual, direcionado ao aproveitamento dos depósitos filonianos que ocorrem na região de Peixoto de Azevedo.

Caracterização dos principais minérios em lavra.

Fortalecimento institucional das cooperativas de garimpeiros.

Relatório técnico de Avaliação dos sistemas produtivos, para subsidiar adoção de políticas públicas voltadas consolidação de uma APL na região de Peixoto de Azevedo.

8. Especificação dos indicadores de avaliação do andamento do projeto de pesquisa

Numero de garimpos cadastrados

Numero de garimpos regularizados (DNPM e SEMA)

Numero de garimpeiros organizados em cooperativas.

Numero de pessoas qualificadas em serviço.

Numero de pessoas ocupadas pela atividade.

Numero de pesquisadores envolvidos no processo.



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

9. Existência de interesse e participação do setor produtivo de modo a assegurar efetiva transferência tecnológica, se for o caso.

Carta de aceite da cooperativa dos garimpeiros (Anexo 4) e da Prefeitura de Peixoto de Azevedo (Anexo 5).

10. Impactos Econômicos, Social, Ambiental, Científico e Tecnológico.

A implantação deste projeto, envolvendo a participação conjunta de agências públicas, iniciativa privada e universidades, certamente contribuirá para o fortalecimento do APL e da economia local/regional, podendo resultar nos seguintes impactos:

Inovação e atualização tecnológica (atividades de P&D).

Racionalização dos procedimentos de compras de insumos (matérias primas; peças e equipamentos) e da contratação de serviços especializados.

Utilização conjunta de infra-estrutura, instalações, laboratórios, etc.

Compartilhamento de informações técnicas e dos resultados de pesquisas aplicadas.

Fortalecimento de organizações cooperativistas.

Formação de uma consciência mineira, base para a sustentabilidade de um distrito mineiro e conseqüentemente da evolução da APL.

Incentivo a implantação de projetos de recuperação e reabilitação de áreas degradadas.

11. Considerações Finais

Esse projeto se insere dentro dos objetivos do Programa 0210 "Fomento a Atividade Mineral", Ação 2986 "Orientação Técnica à Mineração" que o governo do estado de Mato Grosso vem implementado através da METAMAT.

Este projeto vem sendo desenvolvido envolvendo parcerias institucionais com o DNPM, SEMA e Prefeitura de Peixoto de Azevedo.

Alem do cunho organizacional inerente as instituições do Governo do Estado, este projeto "Orientação Técnica à Mineração" tem interface com trabalhos de cunho acadêmico que vem sendo desenvolvidos pela METAMAT em parceria com a UNICAMP e UFMT, conforme atesta as seguintes referencias bibliográficas: Abreu (2004), Assis (2006), Assis *et al.* (2009), Bizotto (2004), Moura (2004), Izaltino (2008), Paes de Barros *et al.* (2004), Paes de Barros *et al.* (2006) e Paes de Barros (2007).

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

12. Bibliografia

Abreu M.C. 2004. Alteração hidrotermal e mineralização aurífera do depósito de Novo Mundo, Região Teles Pires – Peixoto de Azevedo, Província de Alta Floresta (MT). Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 31p.

Assis, R. R. 2006. Estudo de inclusões fluidas nos depósitos auríferos de Novo Mundo e Santa Helena na região de Teles Pires – Peixoto de Azevedo (Mato Grosso), Província de Alta Floresta. Iniciação Científica, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 20p.

Assis, R.R; Xavier, R. P.; Paes de Barros, A. J. 2009. TRACE ELEMENT GEOCHEMISTRY AND FLUID REGIMES IN GOLD DEPOSITS OF THE ALTA FLORESTA PROVINCE (MT). II Simpósio Brasileiro de Metalogenia. Gramado-RS.

Besen G. M. V. e Delgado P. R. 2005. Arranjos produtivos Locais no Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.109, p.161-164.
http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/109/gracia_outros.pdf

Bortolotti, F. 2005 DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INDICADORES PARA CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. Escola Politécnica da USP, TCC. <http://www.pro.poli.usp.br/publicacoes/trabalhos-de-formatura/desenvolvimento-de-um-sistema-de-indicadores-para-classificacao-e-avaliacao-de-arranjos-produtivos-locais>

Bizotto A.C. 2004. Mineralizações Auríferas na região de Teles Pires-Peixoto de Azevedo, Província de Alta Floresta, Mato Grosso. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 35p.

GOLDFARB, R.J., GROVES, D.I., GARDOLL, S. 2001. Orogenic gold and geologic time: A global synthesis: Ore Geology Reviews, 18: 1-75.

GROVES, D.I., GOLDFARB, R.J., GEBRE-MARIAM, H., HAGEMANN, S.G., ROBERT, F. 1998. Orogenic gold deposits: A proposed classification in the context of their crustal distribution and relationship to other gold deposit types. Ore Geol. Reviews, 13: 7-27.

Moura, R. 2004. Integração de dados aerogeofísicos, multiespectrais e geoquímicos no segmento



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

leste da Província aurífera Alta Floresta (MT); implicações geológicas e metalogenéticas regionais. Trabalho de conclusão de curso. IGE - UNICAMP.

Paes de Barros A. J. 1994. Contribuição a geologia e controle das mineralizações auríferas de Peixoto de Azevedo - MT. Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. São Paulo. Dissertação de Mestrado, 145 p.

Paes de Barros A.J., Xavier R.P., Leite J. A.D., Macambira, M.J. 2004. O granito Novo Mundo e suas mineralizações auríferas - MT. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 41. João Pessoa. Anais....SBG/Núcleo Nordeste.

Paes de Barros A.J., Xavier R.P., Leite J. A.D., Macambira M.J. 2006. Granitogenesis of The Peixoto de Azevedo-Novo Mundo Region, Alta Floresta Auriferous Province (MT): Tectonic and Metallogenetic Implications. Symposium on Magmatism, Crustal Evolution, and Metallogenesis of the Amazonian Craton. Belem-PA.

Paes de Barros, A. J. 2007. Granitos da região de Peixoto de Azevedo – Novo Mundo e mineralizações auríferas relacionadas – Província Aurífera de Alta Floresta (MT). Campinas. Doutorado, Área de Metalogênese, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 154p.

PROJETO GARIMPOS POCONÉ. PRODEAGRO/PNMA. 1995. Parte 01: Anexos 1: Laudos técnicos; 2: Roteiro básico para elaboração do plano de controle ambiental para permissão de lavra garimpeira; 3: Considerações gerais sobre a central de amalgamação; 4: Critérios utilizados para classificação dos empreendimentos; e 5: Roteiro para análise do PRADE. Parte 02: continuação do Anexo 5: Roteiro para análise do PRADE; e Anexo 6: Mapa de localização dos garimpos do município de Poconé-MT. www.anu.seplan.mt.gov.br/html/prodeagro-af1-relafinal.htm

Santos D. I. 2009. Prospeção mineral usando métodos geofísicos integrados com dados geológicos, no município de Peixoto de Azevedo, no distrito de União do Norte (MT). Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geologia, Universidade federal de Mato Grosso.

Suzigan, W. 2006. IDENTIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL –UNICAMP (SP). http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/estudospesq/apls/Relat_final_IPEA28fev07.pdf



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

- LANG, J.R. and BAKER, T., 2001. Intrusion-related gold systems: the present level of understanding. *Mineralium Deposita* 36: 477-489.
- BAKER, T. & LANG, J. R. 2001. Fluid inclusion characteristics of intrusion-related gold mineralization, Tombstone tungsten magmatic belt, Yukon Territory, Canada: *Mineralium Deposita* 36: 563-582.
- MUSTARD, R. 2001. Granite-hosted gold mineralization at timbarra, northern New South Wales, Australia. *Mineralium Deposita*, 36: 542-562.
- SILLITOE, R.H. 1991. Intrusion-related gold deposits. In: *Gold Metallogeny and Exploration* Ed.: Foster, R. P., London, p. 165-209.
- SILLITOE, R.H. & THOMPSON, J.F.H.; 1998. Intrusion-related vein gold deposits: types, tectono-magmatic settings and difficulties of distinction from orogenic gold deposits. *Resource Geology*, 48 (7): 237-250.
- SILLITOE, R.H. 2000. Role of gold-rich porphyry models in exploration, in S.G. Hagerman and P. H. Brown, eds. *Gold in 2000, Reviews in Economic Geology*, v. 13, p. 311-346.
- Thompson JFH & Newberry RJ. 2000. Gold deposits related to reduced granitic intrusions. *Society of Economic Geologists, Review Series*, 13:377-397.
- THOMPSON, J.F.H., SILLITOE, R.H., BAKER, T., LANG, J.R., MORTENSEN, J. K.; 1999. Intrusion-related gold deposits associated with tungsten-tin provinces. *Mineralium Deposita*, 34: 323-334.

Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

13. Plano de Trabalho / Cronograma

Atividade (Número)	Duração em meses	Data de início	Data de Término	Membros da equipe
				Responsável e Participantes
1 Diagnóstico, Cadastramento e Sensibilização	10	15/10/2009	15/07/2010	Antonio João Paes de Barros Roberto Perez Xavier Ricardo Araujo Darlan Izautino dos Santos 01 Engenheiro de Minas 01 Técnico de Mineração
2) Mobilização e Organização da atividade	05	15/05/2010	15/10/2010	Antonio João Paes de Barros Sandra Marcia Laet Darlan Izautino dos Santos
3) Planejamento e modelagem de um projeto piloto de melhoramento tecnológico	04	15/11/2010	15/03/2011	Antonio João Paes de Barros Darlan Izautino dos Santos 01 Engenheiro de Minas 01 Técnico do Mineração

Centro Político Administrativo
 Rua 03 s/n, 3º andar
 CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
 Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502





Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

14. Orçamento detalhado por elemento de despesa da solicitação de auxílio à FAPEMAT

Natureza da Despesa		Discriminação	Qtde	Valor unit.	Valor Total
Elemento	Elemento				
449052	Material Permanente	GPS	1	1.870,00	1.870,00
		Bussola Brumpton	2	1.220,00	2.240,00
339030	Material de Consumo	Combustível	1000	2,30	2.300,00
		Manutenção de veículo	4	450,00	1.800,00
339036	Serviço de Terceiro (pessoa física)	Engenheiro de minas	2	5.000,00	10.000,00
		Técnico de mineração	1	4.500,00	4.500,00
TOTAL					49.610,00

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

15. Justificativa de todos os elementos de despesa

Item (Elemento de Despesa)	Atividade (Número)	Justificativa* (atenção às observações abaixo)
Material Permanente	1 - 2 - 3	GPS e bússola são equipamentos básicos utilizados em trabalhos de mapeamento e amostragem de corpos de minério e que serão utilizados nos trabalhos.
Diárias	1 - 2 - 3	Imprescindível para o trabalho que se propõem a executar, envolvendo emintentemente atividades de campo.
Material de Consumo	1 - 2 - 3	Foi computado apenas combustível e manutenção para um veículo que será disponibilizado pela cooperativa e Prefeitura para execução dos trabalhos de campo.
Serviço de Terceiro (pessoa jurídica)	1 - 2 - 3	Análises químicas, mineralógicas, petrográficas e ensaios de caracterização serão fundamentais para se avaliar os depósitos objeto deste projeto. As imagens de detalhe serão utilizadas no mapeamento e seleção de prospectos para modelamento do projeto mineiro básico.
Serviço de Terceiro (pessoa física)	1 - 2 - 3	A METAMAT atualmente não dispõe de engenheiro de minas e técnico de mineração em seu quadro. Além disso, as atividades descritas no projeto demandam um Eng. de Minas com qualificação e experiência em lavra subterrânea, preferencialmente de depósitos de pequeno porte.

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

16. Orçamento / cronograma de desembolso

CÓDIGO	Elemento de Despesa	TOTAL
339014	Diárias Ano 2009 Ano 2010 Ano 2011	 2.200,00 9.200,00 3.300,00
339039	Serviço de Terceiros - pessoa jurídica Ano 2009 Ano 2010 Ano 2011	 1.100,00 10.000,00 4.100,00
339033	Passagens	

Centro Político Administrativo
 Rua 03 s/n, 3º andar
 CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
 Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

17. Contrapartida financeira e não financeira da instituição executora

Descrição	Atividade	Quantidade	Contrapartida não financeira (R\$)	Contrapartida financeira (R\$)
1. Veículo utilitário	1 - 2 - 3	02	30.000,00	
1. combustível	1 - 2 - 3	2000		4.600,00
1. Antonio Joao paes de Barros	1 - 2 - 3	50		5.500,00
339039 - Serviço de terceiro - pessoa jurídica				
1. Técnico de Mineração	1 - 2 - 3	02		12.000,00

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 – Cuiabá – Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Governo do Estado de Mato Grosso
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

339033 - Passagens			
2.			
1. Antonio João Paes de Barros	1-2-3		40.000,00
Outros projetos aprovados com recursos			

Centro Político Administrativo
Rua 03 s/n, 3º andar
CEP 78050-970 -- Cuiabá -- Mato Grosso
Fone 3613-3500 - Fax 3613-3502



Comprovação de Renda

Assalariado		
*3 Últimos holerites (se renda fixa) 6 últimos (se houver comissão, incorporação)		
* Cópia Carteira de trabalho		
* Declaração do empregador		
Autônomo		
*Decore dos 3 últimos meses		
*Declaração do imposto e renda		
*3 últimos DARF ou Carne Leão		
Proprietários de empresa		
*Declaração de imposto de renda		
*Contrato Social da Empresa e Alterações		
*CNPJ		
*Alvará		
*Decore referente ao pró-labore dos 3 últimos meses		



Ficha Cadastro Pessoa Física - Habitacional

Em se tratando de mais de um titular, preencher uma ficha para cada um.
Sendo necessário, solicite outra ficha para completar seus dados.

Dados da Conta na CAIXA

Cód. agência	Nome da agência	Conta conjunta ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não	Cód.op.	Nº da conta	DV
--------------	-----------------	---	---------	-------------	----

Dados Pessoais

CPF do cliente			
Nome do cliente (Completo - sem abreviações)			
Data de nascimento / /	Sexo ☐ 1 - Masculino ☐ 2 - Feminino	Nacionalidade ☐ 1 - Brasileira ☐ 3 - Estrangeira ☐ 2 - Brasileira Naturalizado	Naturalidade UF Município
Nome do pai			
Nome da mãe			
Número da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão / /

Estado civil

- | | | |
|---|--|--|
| ☐ 1 - Solteiro(a) | ☐ 4 - Casado(a) Separação de Bens | ☐ 7 - Viúvo(a) |
| ☐ 2 - Casado(a) Comunhão de Bens | ☐ 5 - Divorçado(a) | ☐ 8 - União Estável |
| ☐ 3 - Casado(a) Comunhão Parcial de Bens | ☐ 6 - Separado(a) Judicialmente | |

Grau de instrução

- | | | | |
|--|--|--|--|
| ☐ 0 - Não Alfabetizado | ☐ 3 - Médio Incompleto | ☐ 6 - Superior Completo | ☐ 9 - Doutorado |
| ☐ 1 - Ensino Fundamental Incompleto | ☐ 4 - Médio Completo | ☐ 7 - Especialização | |
| ☐ 2 - Ensino Fundamental Completo | ☐ 5 - Superior Incompleto | ☐ 8 - Mestrado | |

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

CPF	
Nome	Data de nascimento / /

Preencher se Menor de 18 anos

- ☐ Menor emancipado. ☐ Menor assistido.

Endereço Residencial

CEP	Rua/Avenida/Alameda/Travessa	Número	Complemento		
Bairro	UF	Município			
DDD	Telefone celular próprio	DDD	Telefone residencial próprio	DDD	Telefone para recados
e-mail					



Ficha Cadastro Pessoa Física - Habitacional

Sua residência é

- ☐ 1 - Alugada 3 - Outros 5 - Própria quitada 7 - Financiada por outras entidades
☐ 2 - Mora com parentes/pais 4 - Cedida/Funcional 6 - Financiada pela CAIXA

Renda Comprovada

Fonte pagadora	CNPJ ou CPF da fonte pagadora	Nome da fonte pagadora
☐ 1 - Pessoa Física ☐ 2 - Pessoa Jurídica		

CEP	Rua/Avenida/Alameda/Travessa	Número	Complemento
-----	------------------------------	--------	-------------

Bairro	UF	Município
--------	----	-----------

DDD	Telefone comercial (Obrigatório)	DDD	Fax
-----	----------------------------------	-----	-----

Renda - Cód. IR	Descrição da ocupação	Data início da renda / /	Cargo/Função
-----------------	-----------------------	-----------------------------	--------------

Para Uso da CAIXA Renda bruta mensal - R\$	Para Uso da CAIXA Renda líquida mensal - R\$	Tempo no emprego anterior Qtde. anos Qtde. meses	Ano desligamento Emprego anterior (4 dígitos)
--	--	--	--

Renda Não Comprovada/Informal

Nome da atividade	Local de trabalho	Data de início / /	Renda líquida mensal - R\$
-------------------	-------------------	-----------------------	----------------------------

Renda dos seus Dependentes (Não incluir o cônjuge)

Nº dependentes com renda	Nº dependentes sem renda	Total líquido dos rendimentos dos dependentes - R\$
--------------------------	--------------------------	---

Informações Patrimoniais

Imóveis

☐ Possui. ☐ Não possui.

Tipo

- 1 - Casa 3 - Lote 5 - Apartamento 7 - Sala Comercial
2 - Terreno 4 - Chácara 6 - Loja 8 - Fazenda

Imóvel 1

Tipo	Valor de mercado - R\$
------	------------------------

Imóvel 2

Tipo	Valor de mercado - R\$
------	------------------------

Veículos

☐ Possui. ☐ Não possui.

Tipo

- 1 - Carro 3 - Motocicleta 5 - Caminhão 7 - Aeronave
2 - Ônibus 4 - Utilitário 6 - Embarcação

Veículo 1

Tipo	Valor de mercado - R\$
------	------------------------

Veículo 2

Tipo	Valor de mercado - R\$
------	------------------------

Cartão de Crédito (Não Informar Cartões CAIXA)

☐ Possui. ☐ Não possui.

Tipo

- 1 - Diners Club 3 - Unibanco Visa 5 - American Express 7 - Outros Visa
2 - Bradesco Visa 4 - Credicard 6 - Outros Mastercard 8 - Outros

Tipo	Limite de crédito - R\$
------	-------------------------

Tipo	Limite de crédito - R\$
------	-------------------------

Contas em Outros Bancos
☐ Possui ☐ Não Possui

Tipo de conta

1 - Comum 2 - Especial

Tipo	Código do banco 1	Nome do banco 1	Limite de crédito - R\$ (Se conta especial)
Tipo	Código do banco 2	Nome do banco 2	Limite de crédito - R\$ (Se conta especial)

Aplicações Fora da CAIXA

Tipo

1 - Fundos de Investimento 2 - Caderneta de Poupança 3 - Outras Aplicações

Tipo	Código do banco	Saldo - R\$	Tipo	Código do banco	Saldo - R\$
Tipo	Código do banco	Saldo - R\$	Tipo	Código do banco	Saldo - R\$

Informações Relativas ao Grupo de Participantes do Financiamento/Dados Consolidados

CPF do participante 1	CPF do participante 2	CPF do participante 3
-----------------------	-----------------------	-----------------------

Valor Médio das Despesas Mensais do Grupo Familiar

Água e esgoto - R\$	Energia elétrica - R\$	Telefone - R\$
Aluguel - R\$	Condomínio - R\$	Pensão alimentícia - R\$

Compromissos Financeiros (Não Informar com a CAIXA)
☐ Possui ☐ Não Possui

Tipo

1 - Empréstimo 2 - Financiamento 3 - Consórcio 4 - Credário 5 - Plano de Saúde 6 - Outros

Tipo	Nome de empresa ou Nome do banco	Valor da prestação - R\$	Quantidade de prestações a vencer	Data da última prestação paga
				/ /
				/ /
				/ /

Referência Pessoal

Nome	DDD	Telefone

Ficha Cadastro Pessoa Física - Habitacional

Autorizo nos termos da Resolução BACEN nº 2.724, de 31.05.2000, a CAIXA a consultar as informações consolidadas, relativas a minha pessoa, constantes do Sistema Central de Risco de Crédito BACEN. Autorizo, ainda, a CAIXA a fornecer informações sobre as operações de crédito com ela realizadas, no sentido de compor o cadastro do já citado Sistema. Os presentes dados são verdadeiros e visam facilitar os processos de negociação e transações comerciais, pela antecipação de informações a meu respeito. Autorizo o arquivamento dos meus dados pessoais e de idoneidade na SERASA - Centralização de Serviços dos Bancos S/A, que poderá deles se utilizar, respeitadas as disposições legais em vigor.

Local

Data

Assinatura do cliente

Assinatura do representante legal (se for o caso)

Para Uso da CAIXA

Proposta Habitacional

Origem do recurso	Percentual de financiamento x Valor do imóvel - %	
Modalidade	Prazo total em meses	
Valor do imóvel - R\$	Prestação necessária para o financiamento (SICAF)	
Valor do financiamento - R\$	Saldo do FGTS - R\$	Data do saldo do FGTS / /

Renda Não Comprovada/Informal

Os dados acerca da renda não comprovada / informal foram confirmados com as referências pessoais.

Dia	Hora	Contato
/ /	:	
/ /	:	

Informações Complementares/Análise da Agência/Outros Dados Relativos à Renda Não Comprovada/Informal

As informações acima estão de acordo com os documentos apresentados.

Data

Assinatura do empregado

Assinatura do gerente



DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Termo de Convênio nº 009 / 2000

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, E O ESTADO DO MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DE SUAS SECRETARIAS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO E FAZENDA PARA FISCALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS.

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.381.056/0001-33, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco "B" - Brasília - DF, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. JOÃO DOS REIS PIMENTEL, C.I. nº 4.945.516 - SSP-SP e C.P.F.: 875.060.508-97, e a SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO, sito à Rua "D", Quadra 12, Lote 02, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.507.415/003-88, neste ato representada por seu titular, Sr. CARLOS AVALONE JÚNIOR, residente à Rua Manoel Leopoldino, 155, Aptº 801 - Araés - Cuiabá - MT, C.I.: nº 11.204.716 - SSP/SP, e CPF.: 205.824.661-49 e a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, sito à Av. Historiador Rubens de Mendonça S/N - Ed. Octávio de Oliveira - CPA, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.507.415/005-78, neste ato representada por seu titular Sr. VALTER ALBANO DA SILVA, residente à Rua C, s/nº Bloco II, Aptº 201 - Setor Centro-Norte - Morada do Ouro, C.I. nº 849.000 SSP/MT e C.P.F.: 080.983.951-20 doravante denominados simplesmente DNPM, SICM, SEFAZ, resolvem firmar o presente convênio,



DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

sujeitando a sua execução às normas da Lei nº 8.666/93, no que couber, e da IN STN nº 1/97, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Promover, no Estado do Mato Grosso, a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, doravante denominada CFEM, prevista no art 20, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, de acordo com o disposto no inciso XI de seu artigo 23, e de conformidade ainda, com as Leis Federais nº 7.990/89 e 8.001/90, Decreto nº 01, de 11/01/91 e Portaria DNPM nº 06, de 06/06/92.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

a) Caberá ao DNPM:

1. Coordenar as atividades de fiscalização do pagamento da CFEM de todas as atividades de extração mineral, independentemente do regime de aproveitamento das substâncias minerais;
2. Colocar à disposição dos demais intervenientes informações relativas às empresas atuantes e suas respectivas produções minerais;
3. Promover a distribuição dos formulários de recolhimento da CFEM, bem como orientações e informações aos mineradores sobre o pagamento da mesma;
4. Fornecer apoio logístico aos demais intervenientes quando da necessidade de esclarecimentos das normas atinentes à matéria;
5. Ressalvada a competência para firmar diretamente outros convênios, efetuar em conjunto com outros convenientes, quando cabível, convênios ou subconvênios com municípios onde existam atividades mineradoras, objetivando descentralizar e agilizar a fiscalização e a cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM;
6. As ações do DNPM serão executadas pelo seu 12º Distrito sediado em Mato Grosso;
7. O DNPM exercerá a fiscalização que lhe compete, individual e diretamente, independente da participação do conveniente.

b) Caberá à SICM:

1. Fiscalizar, em conjunto com a SEFAZ e o DNPM, o pagamento da CFEM sobre todas as atividades de extração mineral desenvolvidas no seu respectivo território, independentemente do regime de aproveitamento das substâncias minerais;

2. Efetuar o acompanhamento estatístico da produção mineral e arrecadação da CFEM e cobrança de ICMS respectivo;
3. Promover a distribuição dos formulários de recolhimento da CFEM, bem como orientações e informações aos mineradores sobre o pagamento da mesma;

c) Caberá à SEFAZ:

1. Fiscalizar, em conjunto com a SICM e o DNPM, o pagamento da CFEM sobre todas as atividades de extração mineral desenvolvidas no seu respectivo território, independentemente do regime de aproveitamento das substâncias minerais;
2. Promover o treinamento das equipes referentes à técnica de fiscalização contábeis e sempre que necessário determinar profissionais habilitados junto aos conselhos para consolidar as ações fiscalizadoras;
3. Promover a distribuição dos formulários de recolhimento da CFEM, bem como orientações e informações aos mineradores sobre o pagamento da mesma;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO, SANÇÕES E PROCEDIMENTOS

Constatada pelos agentes fiscais qualquer infração à lei federal que implique em não pagamento ou pagamento insuficiente da CFEM, ficam as autoridades fazendárias estaduais autorizadas a empreenderem, administrativamente, gestões junto a empresa infratora no sentido desta regularizar a situação, inclusive quanto ao recolhimento complementar da compensação financeira.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da ação conjunta de que trata o presente convênio, serão de responsabilidade de cada conveniente, não envolvendo transferência de recursos.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A SEFAZ e o DNPM providenciarão, como condição de eficácia a publicação deste convênio, em extrato, no DIÁRIO Oficial do Estado e no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93, cujas despesas correrão às expensas SEFAZ e do DNPM, respectivamente.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará por 02 (dois) anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado a critério dos convenientes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO, DA RESCISÃO E DENÚNCIA

O presente instrumento poderá ser alterado, através de Termo Aditivo, ou rescindido pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente inexecutável, podendo, ainda, ser denunciado pelos convenientes mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, não havendo, em nenhuma hipótese, indenização a favor de qualquer das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

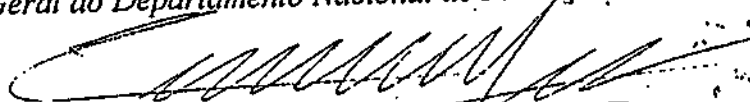
As partes elegem, neste ato, o Foro da Justiça Federal de Mato Grosso, para dirimir dúvidas oriundas da execução deste Convênio, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes, as partes firmam este instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas, adiante assinadas, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

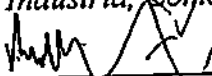
Brasília, 19 de Junho de 2000.


Sr. JOÃO DOS REIS PIMENTEL

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral


Sr. CARLOS AVALONE JÚNIOR

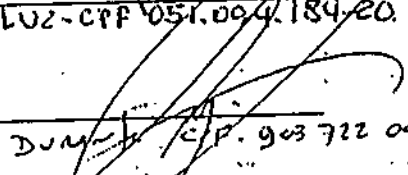
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Mineração


Sr. VALTER ALBANO DA SILVA

Secretário de Estado da Fazenda

TESTEMUNHAS:


JOSÉ DA SILVA LUZ - CPF 051.009.184-20


SIDNEY DUMAS - CPF 963.722.048-32

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 11/99

1) Objeto: Compra de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante implantação, operação e manutenção da Linha de Transmissão Campos Novos - Blumenau 525 KV, com 252,5 km de extensão, do Autotransformador 525/230 KV na Subestação de Blumenau, das Entradas de Linha, das Condições do Autotransformador, da Interligação de Barra na Subestação de Campos Novos e Instalações Vinculadas, localizadas nos Municípios de Campos Novos, Criciúma, Taubaté, Rio do Oeste, Presidente Getúlio, Dona Elvira, Bom Retiro, Bom Jesus, Tupy, Pomerânia e Blumenau, no Estado de Santa Catarina, destinada ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. 2) Tipo: Menor Preço. 3) Modalidade: Concorrência. 4) Tendo em vista a recomendação da Comissão Especial de Licitação, conforme constante do Relatório datado de 20 de junho de 2000, suspendo o objeto da Concorrência nº 011/1999-ANEEL, sob o CONSORCIO SCHAUMANN/USAKI ESC, formada pelas empresas Schiaummann Engenharia Ltda., ALISA - Companhia Técnica de Engenharia Ltda. e Contrals Elétricas de Santa Catarina S.A. - CTE-SC, vencedor da presente certame. 5) Valor estimado para a Linha de Transmissão: R\$ 1.997.000,00 (dois milhões novecentos e noventa e sete mil reais) por mês, para os primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial resultando numa Receita Anual de R\$ 29.955.000,00 (vinte e nove milhões novecentos e sessenta e cinco mil reais), valores estes referentes a dezembro/1999, 6) A partir do 16º (dezesseis avos) do ano do início da operação comercial, a Receita Anual será equivalente a 30% (trinta por cento) da Receita Anual estabelecida para o 15º (quinze avos) ano de operação comercial.

Blumenau, 3 de julho de 2000.
JACINTAS DE AGUIAR
Diretor-Geral
Em exercício

DEPARTAMENTO NACIONAL DE
PRODUÇÃO MINERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 9/2000

Nº Processo: 48400000342000
CNPJ Convênio: 0031056000133
Convênio: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
CNPJ Convênio: 03507415000578
Convênio: NATO (GRANDE GOVERNO DO ESTADO)
Objeto: Promover no Estado do Mato Grosso, a fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.
Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 978/97.
Vigência: 04/07/2000 a 01/07/2002
Data de Assinatura: 19/06/2000

(SICOM - 03/07/2000)

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2000

Nº Processo: 48423560016/2000
Objeto: Assinatura do Diário Oficial da União.
Contratada: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso III, da Lei 8.666/93
Justificativa: Publicação exclusiva do órgão da Administração Pública.
Declaração de Dispensa em 26/06/2000
MARCELINO RIBEIRO DA SILVA FILHO
Coordenador de Administração
Ratificação em 27/06/2000
JOÃO R. PIMENTEL
Diretor Geral
Valor: R\$ 1.458,32

(UIDEC - 03/07/2000)

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2000

Empresas desclassificadas: GMS CON. INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA; DURITI COM. E IND. DE MÓVEIS LTDA; MULTIANTE IND. E COM. LTDA; MOULINE IND. E COM. E CONSTRUÇÕES LTDA; JOSEFA IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA; VANCEZORA; OFFICERARIL; TECNOLOGIA DE MÓBI LÍARIO LTDA.

IVALDO CARINHO DE FORTES MORAIS
Presidente do CP

(UIDEC - 03/07/2000)

COMPANHIA DE PESQUISA DE
RECURSOS MINERAIS

Serviço Geológico do Brasil

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2000

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação do Litorâneo Regional de Caré Local e Dist. Av. Brasil, 1734, Pomerânia, Belo Horizonte-MG, de 15:00 horas do dia 20 de julho de 2000 - Edital: À disposição dos interessados a partir de 04/07/2000.

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE
INDUSTRIAL

Representação em Goiás

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2000

Nº Processo: 02614000458/2000
Contratante: INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL
NORM E QUAL INDUSTRIAL
CNPJ Contratado: 03424439000130
Contratado: MULTICAR VEICULOS LTDA
Objeto: Contrato para execução de serviços mecânicos e elétricos em veículos de diversas marcas e modelos pertencentes à frota da INMETRO-SUR-01-00.
Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93
Vigência: 30/06/2000 a 30/06/2001
Valor Total: R\$ 30.000,00
Fonte do Recurso: 250183023
250183023
Nota de Empenho: 2000NE000426
2000NE000427
Data de Assinatura: 30/06/2000

(SICOM - 03/07/2000)

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA
FRANCA DE MANAUS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2000

Nº Processo: 06100.1476/2000.
Contratante: SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
CNPJ Contratado: 5384377000112
Contratado: INVESTHOR COMERCIO E REPRESENTACAO DE MOVEIS LTDA
Objeto: Fornecer mobiliário para salas de treinamento da Suframa.
Fundamento Legal: Art. 23, Inciso II, Alínea "A" da Lei 8.666/93.
Vigência: 30/06/2000 a 26/08/2000
Valor Total: R\$ 36.706,00
Fonte do Recurso: 250013205
Data de Assinatura: 09/06/2000

(SICOM - 03/07/2000)

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 10/2000

Objeto: Contratação de firma especializada em fornecimento de combustíveis, óleo lubrificante, graxa e óleo de freio, para os veículos pertencentes à frota da SUFRAMA.
Edital: 04/07/2000 de 09h30 às 11h30 e de 14h30 às 17h30
Endereço: Av. Ministro João Gonçalves de Souza, s/nº.
Distrito Industrial - MANAUS - AM
Entrega das Propostas: 11/07/2000 às 09h30

YONE MONTECORRAO LACORTE
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
(UIDEC - 03/07/2000)

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE
ENERGIA ELÉTRICA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2/2000

Processo Nº 48500.003.11000-17. Contratante: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Contratado: Faculdades Católicas do Rio de Janeiro. Objeto: Desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionadas com a regulação e fiscalização do setor elétrico brasileiro. Data de assinatura: 20/06/2000. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Valor de remuneração da Anel: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). Fundamento legal: Instrução Normativa nº 01/97, da Secretaria do Tesouro Nacional. Ratifica o ato: Dr. José Márcio Miranda Alho - Diretor-Geral da ANEEL.

Fundamento Legal: Art. 62, Caput, da Lei 8666/93
Vigência: 29/06/2000 a 29/06/2001
Valor Total: R\$ 2.250,00
Fonte do Recurso: 151000000
Data de Assinatura: 29/06/2000

(SICOM - 03/07/2000)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2000

Nº Processo: 25380000713/00-46.
Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CNPJ Contratado: 02884035000103
Contratado: SION POINT COMERCIAL LTDA.
Objeto: Aquisição de editor de imagem, mix de áudio analógico e microfone.
Fundamento Legal: Art. 62, Caput, da Lei 8666/93
Vigência: 29/06/2000 a 29/06/2001
Valor Total: R\$ 6.740,90
Fonte do Recurso: 151000000
Data de Assinatura: 29/06/2000

(SICOM - 03/07/2000)

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2000

Objeto: Prestação de serviços contínuos para operação de transporte de passageiros da FIOCRUZ, sem executados indiretamente, sob o regime de empreitada por preço unitário do quilômetro efetivamente rodado, envolvendo locação da frota, com emprego de material e residência do pessoal, por 12 meses.

Edital: 04/07/2000 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 16h00
Endereço: Av. Brasil, 4365 Pav. Figueiredo Vasconcelos, sala 105/111/112
Manguinhos - RIO DE JANEIRO - RJ
Entrega das Propostas: 19/07/2000 às 19h00

MERCENNE SANTOS DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
(SUIDEC - 03/07/2000)

Instituto Oswaldo Cruz

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2000

Nº Processo: 25380000407200049
Objeto: Contratação do serviço de instalação de ponto de rede Gigaset.
Contratado: L&S CONSULTORIA E COMERCIO LTDA
Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93
Justificativa: Para atender as necessidades do Serviço de Informática.
Declaração de Inexigibilidade em 30/06/2000
JORGES LUIZ ATREZ PEREIRA
Coordenador de Informática
Ratificação em 30/06/2000
Dr. JORGE LUIZ ATREZ PEREIRA
L. do Instituto Oswaldo Cruz
Valor: R\$ 26.880,00

(SUIDEC - 03/07/2000)

Instituto de Tecnologia em Fármacos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2000

Nº Processo: 25387000282/00-97
Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CNPJ Contratado: 24893687000108
Contratado: VOTUM CARANIS E ENCOMENDAS LTDA
Objeto: Prestação de serviço de transporte aéreo e rodoviário de cargas do tipo - medicamentos, princípios ativos, excipientes, material de embalagem, fitoterápicos, materiais perecíveis, carga de matérias, equipamentos e congêneres por 12 meses de 04/07/2000.
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93.
Vigência: 08/06/2000 a 08/12/2000
Valor Total: R\$ 538.351,00
Fonte do Recurso: 151000000
Data de Assinatura: 08/06/2000

(SICOM - 03/07/2000)

Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
Bio-Manguinhos

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2000

Objeto: Fornoamento de câmera de vídeo conferência, estabilizador de voltagem e no break.
Edital: 04/07/2000 de 09h00 às 11h30 e de 13h00 às 16h00
Endereço: Av. Brasil 4365 - Notar de Compras do Bio-Manguinhos (ao lado do Almacazilado)
Manguinhos - RIO DE JANEIRO - RJ
Entrega das Propostas: 19/07/2000 às 14h00

JOSÉ HALENOM L.
Presidente da CP.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**

Ofício nº 1.045/2000

Cuiabá, 18 de julho de 2000

Senhor Secretário,

Encaminhamos a V.S^a., Termo de Convênio nº 009/2000, com vigência de 02 (dois) anos a partir da publicação no Diário Oficial da União, em 04 de julho de 2000, cópias anexas, tendo como eficácia a necessidade da publicação no Diário Oficial do Estado, a ser providenciado pela SEFAZ.

Outrossim, informamos que o Diário Oficial da União de 21 junho e 13 de julho de 2000, publicou a relação das empresas em débitos referente a Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, como resultado das fiscalizações dos trabalhos em operações conjuntas entre o Departamento Nacional de Produção Mineral, Secretaria de Fazenda e Secretaria da Indústria Comércio e Mineração.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de consideração e estima.

JOSÉ DA SILVA LUZ
Chefe do 12º Distrito do DNPM-MT

Ilmo. Sr.
Dr. CARLOS AVALONE JÚNIOR
MD. Secretário de Ind. Com. e Mineração do Estado e Mato Grosso
NESTA

ELEMENTOS PARA ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS SOBRE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM

Dr. Adiel de Macêdo Veras/Geólogo/7º DS/DNPM-BA/Seção de Economia Mineral/Setembro/2001

Objeto

Aplicação da Lei nº 7.990/89 e legislação associada que instituiu a **Compensação Financeira** pelo resultado da comercialização de recursos minerais, dentre outros, no âmbito do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), através de fiscalização às empresas produtoras.

Objetivo

Quantificar e valorizar o produto mineral e sua transformação industrial para fins de comercialização e definição de fato gerador da CFEM. Todo bem mineral, exceto petróleo e gás natural, sujeita-se ao regime de pagamento da CFEM, segundo as alíquotas variáveis (de 0,2 a 3%) sobre o faturamento líquido, definidas na Lei nº 8.001/90.

Distribuição

Os recursos da CFEM destinam-se aos seguintes agentes:

Município produtor: 65%; Estado: 23%; União: 12% (DNPM e IBAMA)

Fato Gerador

Quanto à tributação, os bens minerais estão submetidos ao recolhimento da CFEM que incide sobre duas hipóteses de fato gerador: sobre o faturamento líquido (resultante da dedução do preço de venda dos tributos incidentes no transporte, seguro e comercialização) ou sobre o valor de consumo, transformação ou utilização do próprio agregado pela empresa produtora (calculado pelo somatório dos custos agregados ao bem mineral até o momento de sua transformação, utilização ou consumo), aplicando-se, em ambos os casos, a alíquota correspondente (de 2% a 3%). A princípio, a incidência da *mesma* alíquota sobre os dois fatos geradores, a saber, faturamento bruto e valor de consumo pode dar a errônea impressão de haver *maior* da carga tributária entre os produtores de areia, brita e argila, vendidos "in natura" ou semi-industrializados e *menor* para os produtores que industrializam seus produtos ou consomem as substâncias minerais que produzem, a exemplo da indústria de ligas de ferro-manganês. Entretanto, deve-se esclarecer que o *preço de venda do bem mineral* "in natura" já é referência para o cálculo do faturamento líquido, ao passo que no valor de consumo, a alíquota é aplicada apenas sobre os custos dos insumos absorvidos na elaboração dos produtos industrializados, também a exemplo da indústria de pisos cerâmicos, azulejos e similares. Portanto, a suposta diferença no recolhimento da CFEM não configura uma distorção tributária. O setor de agregados ainda é submetido a outros encargos que, via de regra, também incidem sobre o restante do setor mineral. Assim, identificamos os encargos incidentes sobre o *faturamento* e sobre o *lucro* das empresas. Para a primeira categoria, enumeramos o IPI (incidente sobre o valor adicionado gerado na transformação e no processamento industrial), o ICMS (gerado pela circulação de mercadoria - com a alíquota típica de 17%), PIS (equivalente a 0,65% do faturamento), COFINS (incide na base de 2% sobre o faturamento), e CFEM (em média 2% sobre o faturamento); para a segunda categoria, aplica-se o CSL (contribuição social sobre o lucro), e IR (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - alíquota de 25%).

Vantagens da CFEM para o município

- a. Identificação dos recursos minerais ocorrentes no perímetro municipal;
- b. Registro da produção e comercialização mineral, e do consumo interno ou externo;
- c. Minimização da lavra mineral clandestina ou predatória;
- d. Incremento da receita municipal (60% da CFEM);
- e. Instrumento de controle e fomento da vocação municipal.

Estratégias municipais

O município produtor deve buscar orientação jurídica e consultoria especializada para gerenciar seu patrimônio mineral e obter dele os benefícios definidos em Lei. Embora seja atribuição legal do Governo Federal, através do DNPM, a tarefa de fiscalizar e arrecadar a CFEM, o município produtor pode e deve acompanhar o processo arrecadatório, mediante elaboração de CONVÊNIO com o DNPM. Para tanto, o município interessado deverá dispor dos seguintes elementos:

- Designar servidores para a fiscalização das empresas produtoras e identificação dos inadimplentes, clandestinos ou irregulares;
- Facilitar e promover os meios para a formação desse pessoal mediante cursos a serem realizados pelo DNPM;
- Destinar local e equipamentos adequados (computadores, faxes, material de escritório, etc) para a realização dos relatórios e base de contato com o DNPM;
- Disponibilizar ao DNPM os meios e os recursos para a realização das vistorias e dos cursos de treinamento, sempre que julgadas necessárias, conforme os termos do Convênio celebrado;
- Definir uma política de ação voltada para o fomento e apoio ao setor mineral.

A Mineração na Bahia

Na Bahia, existe produção mineral em 150 dos 415 municípios. São produzidos 41 bens minerais por 441 produtores (empresas, firmas individuais ou pessoas físicas).

INDIRETA

4.1 - INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES R\$ 1.00			TOTAL
	EXISTENTE	1º ANO	2º ANO	3º ANO
1. INVESTIMENTO FIXO (somatório 1.1 a 1.7)				
1.1 - Terreno (área em m²)				
1.2 - Edificações (área em m²)				
1.3 - Instalações				
1.4 - Máquinas, equipamentos, instalações				
1.5 - Veículos				
1.6 - Móveis e utensílios				
1.7 - Outros				
2 - CAPITAL DE GIRO (somatório 2.1 a 2.5)				
2.1 - Despesas médias mensais				
2.2 - Estoque de materiais				
2.3 - Títulos em carteira				
2.4 - Reserva de caixa				
2.5 - Outros				
TOTAL (SOMATÓRIO 1 e 2)				

TURAMENTO

TO R\$ 1.00

10 3º ANO

3º ANO
VALOR R\$ 1.00 %

4.2 - FONTES E USOS

DISCRIMINAÇÃO	VALORES R\$ 1.00				TOTAL
	EXISTENTE	1º ANO	2º ANO	3º ANO	
1. FONTES (somatório 1.1 e 1.2)					
1.1. Recursos próprios (somatório a+b+...+e)					
a) Capital integralizado					
b) Capital a integralizar					
c) Novos aportes de capital					
d) Reservas de lucros					
e) Outros (discriminar)					
1.2. Recursos de terceiros (somatório a+b+...+c)					
a) Financiamento bancário					
b) Desconto de duplicatas					
c) Outros (discriminar)					
2. USOS (somatório 2.1 e 2.2)					
2.1 - Investimento Fixo					
2.2 - Capital de giro					

IS 4, a 12.

3º ANO
VALOR R\$ 1.00 %

5.1 - DEMONSTRATIVO DO RÉDITO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	VALORES R\$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
1 - FATURAMENTO ANUAL			
2 - CUSTO TOTAL			
RÉDITO FINANCEIRO (1 - 2)			

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 7 de novembro de 2001

Processo DNPM nº 826.717/96 Interessado: WADIR BRANDÃO. Assunto: Recurso Hierárquico interposto contra ato do senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que indeferiu o requerimento de pesquisa com fulcro no § 2º do art. 17 do Código de Mineração Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 138/2001, que adoto como fundamento desta decisão, nego provimento ao recurso.

Processo DNPM nº 826.998/96 Interessado: WADIR BRANDÃO. Assunto: Recurso Hierárquico interposto contra ato do senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que indeferiu o requerimento de pesquisa com fulcro no § 2º do art. 17 do Código de Mineração Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 139/2001, que adoto como fundamento desta decisão, nego provimento ao recurso.

JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

(Of. EL nº 354/2001)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 481, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2001

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 105, de 2 de maio de 2000, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do processo DNPM nº 005570/1951, resolve:

Art. 1º Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 005570/1951 de que é titular EMPRESA DE MINERAÇÃO JARDIM MONTE CRISTO LTDA., a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à EMPRESA DE MINERAÇÃO JARDIM MONTE CRISTO LTDA., concessão para lavrar AREIA DE FUNDAÇÃO e ARGILA no Município de Suzano, Estado de São Paulo, numa área de 53,28ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 772m, no rumo verdadeiro de 68°53'NW, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 23°32'43,0"S e Long. 46°19'00,2"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 740m-NE 21°00'00", 720m-NW 69°00'00", 740m-SW 21°00'00", 720m-SE 69°00'00".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

LUIZ GONZAGA LEITE PERAZZO

(Of. EL nº 356/2001)

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 76, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2001

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 22 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 278, de 2 de agosto de 2000, do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, e de acordo com o disposto do art. 41, inciso II, da Lei nº 9.993, de 25 de julho de 2000, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo à presente Portaria, a modificação de modalidades de aplicação de dotações orçamentárias da Unidade Orçamentária 32.101 do Ministério de Minas e Energia, constantes da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO GUERRA DOMINONI

JUSTIFICATIVA

A presente alteração objetiva viabilizar a celebração de Convênio com a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado de Mato Grosso, visando à execução do trabalho "Diagnóstico do Setor Mineral de Mato Grosso" (Convênio nº 007/2001).

